Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 7
1.4 Produção/Comercialização/Mercados 8
1.5 Principais clientes 9
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 10
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 11
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 12
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 13
1.10 Informações de sociedade de economia mista 18
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 19
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 20
1.13 Acordos de acionistas 21
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 22
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 23
1.16 Outras informações relevantes 24
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 25
2.2 Resultados operacional e financeiro 38
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 41
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 42
2.5 Medições não contábeis 43
2.6 Eventos subsequentes as DFs 48
2.7 Destinação de resultados 49
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 52
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 53
2.10 Planos de negócios 54
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 57
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 58
3.2 Acompanhamento das projeções 59

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 60
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 85
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 86
4.4 Processos não sigilosos relevantes 91
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 92
4.6 Processos sigilosos relevantes 93
4.7 Outras contingências relevantes 94
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 95
5.2 Descrição dos controles internos 99
5.3 Programa de integridade 101
5.4 Alterações significativas 105
5.5 Outras informações relevantes 106
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 107
6.3 Distribuição de capital 125
6.4 Participação em sociedades 126
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 127
6.6 Outras informações relevantes 129
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 130
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 133
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 134
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 135
7.4 Composição dos comitês 139
7.5 Relações familiares 140
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 141
7.7 Acordos/seguros de administradores 142
7.8 Outras informações relevantes 143
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 144

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 145
8.3 Remuneração variável 149
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 150
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 151
8.6 Outorga de opções de compra de ações 152
8.7 Opções em aberto 153
8.8 Opções exercidas e ações entregues 154
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 155
8.10 Outorga de ações 156
8.11 Ações entregues 157
8.12 Precificação das ações/opções 158
8.13 Participações detidas por órgão 159
8.14 Planos de previdência 160
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 161
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 162
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 163
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 164
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 165
8.20 Outras informações relevantes 167
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 172
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 173
9.4 Outras informações relevantes 174
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 175
10.1 Descrição dos recursos humanos 176
10.2 Alterações relevantes 177
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 178
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 179
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 180
10.5 Outras informações relevantes 181
11. Transações com partes relacionadas

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas 182
11.2 Transações com partes relacionadas 183
11.2 Itens 'n.' e 'o.' 187
11.3 Outras informações relevantes 191
12. Capital social e Valores mobiliários
12.1 Informações sobre o capital social 192
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 193
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 194
12.4 Número de titulares de valores mobiliários 196
12.5 Mercados de negociação no Brasil 197
12.6 Negociação em mercados estrangeiros 198
12.7 Títulos emitidos no exterior 199
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 200
12.9 Outras informações relevantes 201
13. Responsáveis pelo formulário
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 202
13.1 Declaração do diretor presidente 203
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 204
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 205

1.1 Histórico do emissor

A OZN Health SPE S.A. (anteriormente denominada Zona Norte Engenharia, Manutenção e Gestão de Serviços S.A. SPE) é uma sociedade anônima de propósito específico, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.080.368/0001-72, com sede na Avenida Torquato Tapajós, nº 9.250, Colônia Terra Nova, no município de Manaus, estado do Amazonas ("Companhia" ou "OZN").

A Companhia foi constituída em 10 de abril de 2013, tendo como objeto único e exclusivo a parceria público-privada com o Governo do Estado do Amazonas, consistente na concessão administrativa para a prestação de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz ("Hospital Delphina Aziz"), nos termos do Contrato de Prestação de Serviços nº 061/2013, firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou por vontade das partes até o limite máximo de 35 anos ("Contrato de Concessão").

Em 27 de junho de 2014, com a entrega parcial do Pronto Socorro, o Hospital Delphina Aziz iniciou sua operação com 40 leitos de observação.

Em 1º de outubro de 2015, o Hospital Delphina Aziz passou a operar com 352 leitos (50 de UTI, 10 de Hospital Dia e 292 de internação). Desde então, a concessionária é responsável por atividades não assistenciais, que incluem engenharia clínica, central de material esterilizado, higienização e limpeza, processamento de roupas, portaria e recepção, nutrição e dietética, manutenção predial, tecnologia da informação, vigilância, segurança do trabalho e gestão ambiental.

Em 2019, a Companhia recebeu o Selo AQUA-HQE, uma certificação internacional de construção sustentável. O Hospital Delphina Aziz foi o primeiro do país a obter esta certificação. Neste mesmo ano, o Hospital Delphina Aziz foi certificado com o selo de qualidade ISO 9001:2015, certificação que tem por base foco no cliente, melhoria contínua e envolvimento da alta gerência no desenvolvimento e implementação do controle de qualidade da Companhia.

Em 24 de março de 2020, a Secretaria de Estado de Saúde reconheceu, por meio do plano de contingência Estadual para Infecção Humana pelo SARS-COV-2 ("Plano de Contingenciamento"), o Hospital Delphina Aziz como referência para tratamento de pacientes infectados pelo COVID-19, ocasionando a alta procura para a realização de atendimentos para identificação e tratamento de infectados.

Em 4 de abril de 2020, em face à efetividade do Plano de Contingenciamento e as medidas de saúde em resposta à pandemia da Covid-19, a Secretaria de Estado de Saúde autorizou a ampliação da ocupação do Hospital Delphina Aziz, o que resultou em um aumento em 360% no número de leitos de UTI (passando de 50 leitos para 180 leitos de UTI) em relação ao contrato original, sendo realizadas readequações para atender ao novo perfil clínico e especializado de pacientes Covid-19 direcionados.

1.1 Histórico do emissor

Em 13 de maio de 2020, através do 6º Termo Aditivo, o Contrato de Concessão foi alterado e a estrutura de garantias tornou-se mais robusta. O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") foi contratado para, em substituição à CEF e, na qualidade de administrador do FPPP-AM, destinar 10% do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal ("FPE") para o FPPP-AM e, após compor o patrimônio de afetação, correspondente a 3 contraprestações mensais, restituir ao Estado o valor excedente e transferir para a conta única do Tesouro o saldo remanescente do FPE. Essa nova estrutura de garantia com recurso do repasse periódico do FPE, além de garantir a recomposição automática do patrimônio de afetação, reduziu o prazo de pagamento para 5 dias úteis após a solicitação da própria concessionária (e não mais a solicitação do Estado).

Em 29 de maio de 2020, a Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. ("Holding" ou "Opy Health") adquiriu 100% da Companhia, adotou a razão social atual e, após a anuência do poder concedente com a assinatura e publicação do 7º Aditivo ao Contrato de Concessão, assumiu a gestão dos serviços não assistenciais do Contrato de Concessão, assim como a responsabilidade pela prestação dos serviços e as obrigações contratuais anteriormente estabelecidas.

Em 2021, a Companhia obteve a Acreditação Hospitalar – Nível 1 da Organização Nacional de Acreditação ("ONA"). A acreditação atesta requisitos de qualidade e segurança da assistência médica.

Em junho de 2022, a Companhia obteve a certificação ISO 14001:2015 que estabelece requisitos para que as organizações identifiquem, priorizem e gerenciem riscos ambientais. Neste mesmo ano, o Hospital Delphina Aziz conquistou a Acreditação Hospitalar Nível I, a qual atesta a qualidade e a segurança da assistência médica.

Em julho de 2023, o Hospital Delphina Aziz recebeu a certificação ISO45001:2018, norma internacional que estabelece requisitos para sistemas de gestão de saúde e segurança no trabalho, criando ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis, reduzindo o número de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Neste mesmo ano, a Companhia conquistou o prêmio de Qualidade Amazonas com troféu Prata, por meio do projeto GastrOpy, que tem como objetivo ensinar acompanhantes e familiares de pacientes internados a preparar em casa as dietas prescritas pelos médicos.

Em 2023, a Companhia conquistou o selo B Corp, certificação que avalia desempenho social, ambiental, de transparência e de responsabilidade legal. A Companhia obteve 123 pontos na avaliação de impacto B, sendo o mínimo exigido para certificação 80 de 200 pontos.

Em maio de 2024, o Hospital Delphina Aziz obteve a Acreditação Hospitalar - Nível 2 ONA, também conhecida como acreditação plena, certificação essa que atesta a qualidade e segurança da assistência à saúde.

1.1 Histórico do emissor

Em 26 de novembro de 2024, a Companhia emitiu 420.000 (quatrocentos e vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia adicional fidejussória, captando montante total de R$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais) a serem utilizados para refinanciamento de todo o endividamento bancário da Companhia e recomposição de caixa, bem como, para celebração de instrumento de mútuo entre com a acionista e/ou distribuição de dividendos aos sócios da Companhia após a integralização das debêntures.

Em 13 de agosto de 2025, a agência Fitch Ratings atribuiu à Companhia e à Opy Health o rating de crédito “A (bra)”, com perspectiva estável. Na mesma data, a primeira emissão de debêntures da Companhia recebeu a nota de crédito “A (bra)” pela referida agência.

Em 02 de setembro de 2025, a Companhia obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o registro de companhia aberta na categoria “B”, que autoriza a negociação de valores mobiliários da Companhia em mercados regulamentados de valores mobiliários (exceto ações e certificados de depósito de ações, assim como valores mobiliários que confiram ao seu titular o direito de adquirir os valores mobiliários anteriormente mencionados).

Em dezembro de 2025, obteve a certificação Nível 3 (Selo Ouro) da Organização Nacional de Acreditação (ONA), certificação que atesta nível de qualidade e maturidade em gestão, assistência e segurança do paciente. No processo de auditoria, a unidade alcançou 95,00% de conformidade com os requisitos avaliados, superando o patamar mínimo de 85% exigido para a certificação.

No ano de 2025, o Hospital Delphina Aziz passou a operar como centro transplantador na Região Norte, realizando procedimentos nas áreas de transplante renal e hepático. No referido período, a instituição efetivou as habilitações e os credenciamentos dos dois serviços — transplante renal e transplante de fígado. Ao longo de 2025, o serviço realizou 126 procedimentos.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O Hospital Delphina Aziz é considerado o mais importante hospital da rede pública de saúde do Amazonas. Destaca-se na realização de exames ambulatoriais, em procedimentos de alta complexidade e em serviços essenciais de apoio ao diagnóstico e ao tratamento.

Em 2024, tornou-se o primeiro hospital público da região Norte a realizar transplantes renais, contribuindo para a redução da fila de espera de pacientes do Amazonas por esse tipo de procedimento. Em novembro de 2025, o Delphina passou a oferecer transplantes de fígado, novo marco em sua trajetória e que ampliou ainda mais a relevância do hospital para a saúde pública do estado.
O OZN

Atualmente, o Hospital opera com 372 leitos, sendo 262 clínicos e cirúrgicos, 100 de UTI e 10 leitos de observação, bem como, 11 salas de cirurgia. Outros dados relevantes incluem, em 2025, mais de 12,9 mil internações, mais de 37,5 mil cirurgias, mais de 290 mil exames de imagem, mais de 1,8 milhão de exames laboratoriais, mais de 195 mil consultas ambulatoriais e mais de 1,6 milhão de refeições servidas, com uma taxa de ocupação média de 85,07%.

Vantagens Competitivas

A Companhia entende possuir as seguintes vantagens competitivas:

Eficiência na Gestão dos Serviços

A gestão dos serviços prestados no Hospital Delphina Aziz é medida por indicadores de desempenho, incluindo *Net Promoter Score* (NPS), com média anual em 2025 acima de 94%.

Infraestrutura Moderna e Expansível

A infraestrutura do Hospital Delphina Aziz permite a ampliação de serviços conforme a demanda. A Companhia implantou ambiente adaptado para crianças que realizam exames de ressonância magnética e tomografia computadorizada. O índice de sedação para esses exames diminuiu 24%.

No espaço reservado para exames, há painéis iluminados no teto com imagens de copas de árvores e técnicas de cromoterapia. Na sala preparatória, há roupas de cama e dos profissionais de saúde com temáticas infantis, réplica de tomógrafo e entrega de certificados às crianças.

Tecnologia e Inovação

O OZN implementa tecnologias operacionais voltadas ao acesso a dados e à gestão da prestação de serviços.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Foi implantado na operação do OZN um sistema de gestão de rouparia por meio de tecnologia RFID (*Radio Frequency Identification*)A permite controle de inventário eplanejamento de reposições.

Foi implementado sistema de rastreabilidade por QR Codes no arsenal disponível, permitindo o acompanhamento de cada item.

O OZN adotou tecnologia IoT (Internet das Coisas) no monitoramento das refeições servidas. Sensores eletrônicos transmitem dados em tempo real para a equipe de Nutrição.

Região Incentivada por Benefícios Fiscais

Por estar situada na Zona Franca de Manaus (ZFM), a Companhia se beneficia de incentivos fiscais aplicáveis à região. Em 2024, o OZN obteve o trânsito julgado da ação impetrada em 2022 referente a não-incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços.

Garantia de recebimento

Fluxo de recebimento estruturado por meio de conta garantia ligada ao Fundo de Participação Público-Privada (FPPP-AM), com transferência de recursos financeiros provenientes do Fundo de Participação do Estado (FPE), que possui finalidade específica de manter a regularidade dos pagamentos referentes a prestação dos serviços. Nos termos do Contrato de Concessão, o FPPP-AM, administrado pelo Banco do Brasil, tem o dever de manter o saldo equivalente a 3 contraprestações mensais. A Administração entende que não é necessário o reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperadas, devido ao FPPP-AM ser garantidor do recebimento de até 3 contraprestações mensais nos termos do Contrato de Concessão, dado que as notas fiscais foram emitidas e atestadas pelo poder concedente o direito do recebimento é incontestável. A Companhia pode acionar a qualquer momento o Fundo de Parcerias Público-Privadas para o recebimento total das contraprestações vencidas.

Capacidade de Resposta a Emergências

Durante a pandemia, a Companhia adequou a capacidade do Hospital Delphina Aziz, aumentando em 130% o número de leitos de UTI para atendimento de pacientes com COVID-19 e implementando protocolos alinhados às diretrizes da OMS.

Práticas Sustentáveis (ASG)

Nos termos do disposto no item 1.9. do Formulário de Referência, a Companhia, por meio de sua controladora Opy Health, realiza o monitoramento mensal de indicadores baseados nas normas do GRI (*Global Reporting Initiative*). As informações ASG são divulgadas por sua controladora no Relatório Anual da OPY Health, que considera ainda, os Objetivos de

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, matrizes de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG. Ainda, desde 2021, a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

Responsabilidade Social

Em 2023, o OZN lançou a cozinha-escola GastrOpy, voltada a orientação sobre alimentação a profissionais do setor, equipe clínica, pacientes, acompanhantes e familiares.

Um dos objetivos do programa está na orientação sobre cuidados alimentares após a alta, particularmente aos pacientes que têm dietas especiais ou restritivas, configurando uma contribuição adicional para sua recuperação e, por consequência, a diminuição do número de retornos, o que libera ao Hospital Delphina Aziz recursos para fazer frente à demanda regular de atendimentos.

A cozinha-escola GastrOpy também utiliza, nas receitas, itens típicos da cultura amazonense. O projeto idealizado pelo OZN trouxe à Companhia a conquista do 2º lugar no prêmio GRI Infra de 2023 (categoria Comunidades Locais) e, em 2024, o OZN foi premiado com o troféu prata do Prêmio de Qualidade Amazonas (PQA) na modalidade “Processos”.

Em 2025, o OZN lançou o Projeto Visita Infanto/Juvenil, que consiste em uma maquete lúdica que simula um leito de UTI. A iniciativa visa familiarizar crianças de 6 a 11 anos com o ambiente de UTI e prepará-las para visitas a pacientes internados neste ambiente. A maquete, confeccionada em biscuit, auxilia na avaliação psicológica prévia para liberação das visitas.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e/ou ameaças à Companhia e seus negócios estão relacionados à materialização dos fatores de risco detalhados nos itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência. A ocorrência desses fatores pode impactar negativamente as operações da Companhia e/ou provocar efeitos adversos relevantes em seus resultados.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a. Características do processo de produção

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

b. Características do processo de distribuição

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

c. Características dos mercados de atuação

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

d. Eventual sazonalidade

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

e. Principais insumos e matérias primas

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

1.5 Principais clientes

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos
A Companhia não efetuou contribuições financeiras enquadradas neste item, seja de forma direta ou por meio de seu controlador e sociedades coligadas.

ii. em favor de partidos políticos
A Companhia não efetuou contribuições financeiras enquadradas neste item, seja de forma direta ou por meio de seu controlador e sociedades coligadas.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos
A Companhia não efetuou contribuições financeiras enquadradas neste item, seja de forma direta ou por meio de seu controlador e sociedades coligadas.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Desde 2021 o OZN divulga, por meio de sua controladora Opy Health, informações de ASG no Relatório Anual do Grupo Opy ("Relatório Anual"). O Relatório Anual é publicado no website da Opy Health, sempre no primeiro semestre de cada ano, com as informações relativas ao exercício anterior. Todos os Relatórios Anuais já publicados podem ser acessados por meio do seguinte link: https://opyhealth.com.br/investidores/. Adicionalmente, o documento é divulgado aos seus colaboradores por meio da rede de comunicação interna, e ao público em geral por meio do Linkedin.

O Relatório Anual apresenta informações sobre todas as operações do Grupo Opy, incluindo aquelas relacionadas à Opy Delphina. No entanto, por se tratar de um relatório emitido pela controladora da Companhia, Opy Health, nem todos os dados estão segregados por sociedade controlada, o que pode limitar a identificação de informações específicas do OZN em determinados tópicos.

No relatório, é demonstrado de que maneira a estratégia de sustentabilidade da Companhia está alinhada ao seu plano de negócios, com destaque para assuntos como atividades operacionais, governança, gestão de pessoas, resultados financeiros e interação com as comunidades locais. Ainda, apresenta, por meio de metodologia comparativa, a mensuração dos impactos na economia, meio ambiente e na sociedade.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório Anual foi produzido com base nos critérios e nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), em sua versão 2021, desenvolvidos e publicados pelo *Global Sustainability Standards Board* (SASB).

O Relatório possui um sumário de itens GRI, proporcionando uma visão geral das informações divulgadas e sua respectiva localização. Além dos parâmetros GRI, o texto também incorpora os elementos da *International Integrated Reporting Council* (IIRC), proposta pela *Value Reporting Foundation*, detalhando como a empresa interage com seus principais *stakeholders* e os seis capitais considerados importantes para o sucesso e a geração de valor de uma organização, a saber, Financeiro, Manufaturado, Humano, Intelectual, Natural e Social e de Relacionamento.

A correspondência desses capitais com os conteúdos do Relatório Anual é destacada nos capítulos temáticos e no capítulo de apresentação do processo de materialidade, que traz a lista dos temas ambientais, sociais e de governança (ASG) representativos dos impactos mais significativos para a Companhia, sendo, portanto, essenciais ao Relatório Anual.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Adicionalmente, são utilizados outros *frameworks* na descrição das estratégias e iniciativas de sustentabilidade nos negócios, como os parâmetros do movimento global Sistema B e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O conteúdo do Relatório Anual é sempre avaliado e aprovado, em última instância, pela Diretoria Executiva, pelo Comitê de ESG e pelo Conselho de Administração da Opy Health.

Desde 2023, as informações não financeiras do Relatório Anual passam por processo de asseguração limitada realizada pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., auditor externo independente.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Os Relatórios Anuais podem ser acessados por meio do seguinte link: https://opyhealth.com.br/investidores/. Adicionalmente, o Relatório Anual referente ao exercício de 2025 será publicado no primeiro semestre de 2026.

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O Relatório Anual considera a divulgação de matrizes de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG.

Em 2021, foi elaborada a primeira matriz de materialidade da Opy Health e suas subsidiárias (incluindo o OZN), que foi atualizada no segundo trimestre de 2024, com o apoio de consultoria externa especializada, a empresa Way Carbon.

A atualização da matriz de materialidade realizada no segundo trimestre de 2024 incluiu revisão da metodologia de pesquisa, do tratamento de dados e da categorização de informações.

O trabalho resultou na definição de 11 temas materiais prioritários de gestão, conectados a indicadores GRI e ODS, quais sejam:

- Mitigação e Gestão de Impactos das Mudanças Climáticas;
- Gestão de Resíduos e Efluentes;
- Satisfação e Segurança do Paciente;
- Engajamento e Desenvolvimento de Pessoas;
- Saúde, Segurança e Bem-Estar das Pessoas;

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- Acesso aos Serviços de Saúde (Indicadores Operacionais que incluem, por exemplo, NPS e CSAT dos Pacientes, Acompanhantes e Corpo Clínico);
- Diversidade, Equidade e Inclusão;
- Estratégia de Investimento Responsável e Gestão de Ativos;
- Ética, Integridade e Transparência;
- Estrutura e Processos de Governança;
- Inovação e Eficiência Operacional.

Em virtude da ausência de alterações relevantes ao escopo de atuação, assim como na natureza dos negócios da Companhia desde a sua última atualização, a matriz de materialidade permanece válida, com revisão prevista para o ano de 2027.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relatório Anual considera os ODS, apresentando-os de forma conectada com cada um dos temas materiais no documento. Os ODS materiais para os negócios da Companhia são os seguintes: 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 10 (Redução das Desigualdades), 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório Anual não considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Desde o ano de 2021, a Companhia realiza Inventários de Emissão de Gases do Efeito Estufa, cujos resultados são divulgados nos Relatórios Anuais da Opy Health, podendo ser acessados em https://opyhealth.com.br/investidores/ .

Ademais, em 2025, o OZN, por meio de sua controladora Opy Health, passou a integrar o Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro de Gestão das Emissões de Gases de Efeito Estufa. O Inventário de Emissões de 2024 já se encontra publicado na plataforma, com acesso

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

aberto ao público, e o Inventário referente ao ano-base 2025 será disponibilizado até o mês de junho de 2026, conforme cronograma do Programa. Os dados estão disponíveis ao público em geral no site https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes.

Estão incluídas no inventário de gases do OZN as emissões de Escopo 1, 2 e 3 (Categoria 3 – Atividades relacionadas com combustível e energia não inclusas nos Escopos 1 e 2, Categoria 5 – Resíduos Gerados, Categoria 6 – Viagens a Negócios e Categoria 7 – Deslocamentos de Funcionários).

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, consoante item 1.9.a

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, consoante item 1.9.e

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, consoante item 1.9.e

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável, consoante item 1.9.c

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Até o exercício de 2025, a avaliação interna da Companhia indicava que os temas ambientais, em sua maioria, apresentam menor materialidade para os negócios, visto que os aspectos sociais constituem o núcleo das atividades da Opy Health no setor de saúde. Diante disso, os Relatórios Anuais da Companhia ainda não estavam sendo integralmente alinhados às recomendações das normas do ISSB (*International Sustainability Standards Board*), que passaram a substituir as diretrizes do TCFD após sua descontinuação.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Entretanto, com a obrigatoriedade de reporte nos padrões ISSB (IFRS S1 e S2) para companhias abertas a partir do exercício de 2026, conforme a Resolução CVM nº 193, que internaliza os standards do ISSB e substitui, na prática, o referencial do TCFD pela incorporação de suas recomendações, a Companhia iniciou, em 2025, um programa interno de adequação que resultará no alinhamento do OZN à referida Resolução.

O registro de companhia aberta categoria “B” do OZN em 2025 impulsionou esse movimento, com o apoio de consultoria externa na primeira etapa de trabalho, dedicada à avaliação de materialidade de riscos e oportunidades climáticas para os negócios, em linha com os requisitos do IFRS S2 (clima) e sua conexão com o IFRS S1 (requisitos gerais).

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, consoante item 1.9.h

1.10 Informações de sociedade de economia mista

a. interesse público que justificou sua criação.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando;

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

A Companhia não realizou aquisições ou alienações de ativos relevantes fora do curso normal de seus negócios no último exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Não foram realizadas operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia no último exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

1.13 Acordos de acionistas

Não foram celebrados, extintos ou modificados acordos de acionistas no último exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não aplicável, uma vez que não ocorreram alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no último exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não aplicável, uma vez que não foram celebrados, pela Companhia e suas controladas, contratos relevantes que não fossem diretamente relacionados com suas atividades operacionais no último exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, salvo pelo contrato de compartilhamento de despesas, celebrado em 02 de janeiro de 2025, descrito no item 11.2 deste Formulário de Referência.

1.16 Outras informações relevantes

A Companhia não identificou outras informações relevantes relativas a esta Seção 1 que não tenham sido previamente divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras incluídas nesta seção 2 deste Formulário de Referência estão expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) e são derivadas das demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e suas respectivas notas explicativas, exceto quando expressamente ressalvado.

As demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e pelos padrões internacionais de contabilidade - *International Finance Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A análise dos Diretores visa esclarecer sobre os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais ou de resultado da Companhia e constitui opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras em relação à situação financeira da Companhia. Embora os comentários dos diretores busquem fornecer aos investidores sua visão geral dos negócios da Companhia, a administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Neste item são apresentadas, pelos Diretores da Companhia, informações que se destinam a auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia. Não obstante, determinadas discussões contidas neste item incluem declarações prospectivas que envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais da Companhia e o momento em que os eventos ocorrem podem diferir materialmente daqueles expressos ou implícitos em tais declarações prospectivas como resultado de diversos fatores, incluindo aqueles descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

Certas tabelas da seção 2 deste Formulário de Referência contém os termos "AH" e "AV" que significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita líquida dos serviços prestados para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações.

As informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras auditadas completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website da Companhia (https://opyhealth.com.br/nossas_operacoes/hospital-delphina-aziz/demonstracoes-financeiras-delphina-aziz/) e no website da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir as suas obrigações assumidas de curto e longo prazos, bem como para suportar o crescimento dos seus negócios. Para mais informações sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos utilizadas pela Companhia, vide item 2.1 (d) deste Formulário de Referência.

A tabela abaixo representa a evolução do endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Em milhares de R$ (exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida Bruta[(1)]	**416.972**	**424.793**
Dívida Líquida Ajustada[(2)]	**341.015**	**395.977**
Dívida Líquida Ajustada / Patrimônio líquido	**102,7%**	**120,0%**

[(1)] A Dívida Bruta refere-se à soma de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante) e "operações de *confirming*". Para reconciliação veja a seção 2.5 deste Formulário de Referência.

[(2)] A Dívida Líquida Ajustada refere-se ao saldo da dívida bruta menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (circulante e não circulante) e "operações de *confirming*". A Dívida Líquida Ajustada não é uma medida contábil de desempenho, endividamento ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas normas internacionais IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras Companhias podem calcular a Dívida Líquida Ajustada de maneira distinta da Companhia. Para reconciliação veja a seção 2.5 deste Formulário de Referência.

A tabela a seguir mostra a evolução do índice de liquidez corrente da Companhia:

	Em 31 de dezembro de	
(R$ milhares, exceto índices)	2025	2024
Ativo Circulante	242.681	178.847
Passivo Circulante	103.139	79.832
Liquidez corrente [(1)]	**2,35**	**2,24**

[(1)] O índice de liquidez corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante da Companhia

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizava R$ 63.483 e o saldo de ativo financeiro, no curto prazo, totaliza R$ 108.915, o passivo circulante totalizava R$ 103.139, e levando em conta que o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R$ 85.768, os diretores acreditam que a Companhia possui a liquidez e a capacidade de geração de caixa suficiente para cobrir seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses.

b. estrutura de capital

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os Diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada ao cumprimento das suas obrigações de curto, médio e longo prazo e à condução de suas operações.

Em 31 de dezembro de 2025 o patrimônio líquido da Companhia era de R$ 331.735.

A estrutura de capital da Companhia consiste nos saldos apresentados na tabela abaixo:

Em milhares de R$, exceto %	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Passivo circulante e não circulante (capital de terceiros)	592.133	623.173
Patrimônio Líquido (capital próprio)	331.735	329.855
Capital total (capital de terceiros + capital próprio)	**923.868**	**953.028**
% de capital de terceiros	64,1%	65,4%
% de capital próprio	35,9%	34,6%

A Companhia finalizou o exercício social de 2025 com dívida líquida ajustada de R$ 341.015, após a emissão de debêntures R$ 420.000 pelo prazo de 7 anos a um custo de DI+3,5% a.a. Os recursos captados por meio das debêntures foram integralmente destinados ao pagamento de contratos de financiamentos anteriores, mútuo entre as partes do Grupo Opy e posterior pagamento de dividendos.

Deste modo a Companhia liquidou completamente seus empréstimos com terceiros possuindo assim, uma composição de dívida integralmente derivada das debêntures.

Os Diretores da Companhia, com base em análise de indicadores de desempenho e de geração operacional de caixa, conforme detalhado nos subitens acima, entendem que a Companhia tem condições para honrar suas obrigações de curto e longo prazos e os respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Não obstante, caso sejam necessários recursos adicionais, a Companhia entende que tem capacidade para captá-los por meio de empréstimos bancários e/ou outros financiamentos a serem avaliados e contratados pela Companhia, bem como, sujeita às disposições legais e regulamentares aplicáveis, por meio de distribuições públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua capacidade de geração de caixa operacional e por meio de recursos de terceiros. Assim, considerando o seu fluxo de caixa, a Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos contratados ou previstos pelos próximos 12 (doze) meses, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

especialmente em caso de materialização de quaisquer dos fatores de risco aos quais a Companhia está exposta (para mais informações vide Seção 4 deste Formulário de Referência).

Caso entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as suas atividades e investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los.

c. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; e (iii) emissão de debêntures. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Os Diretores acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data de elaboração deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(e) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

e. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e possuía um saldo líquido de Debêntures (circulante e não circulante) de R$ 404.498.

A tabela a seguir demonstra a composição do saldo de Debêntures (circulante e não circulante) da Companhia nas datas informadas:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em milhares de R$	Vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Saldo em 31 de dezembro de	
			2025	2024
Debêntures	11/2031	100% DI + 3,5% a.a.	404.498	412.961
Total – Debêntures (circulante e não circulante)(1)			**404.498**	**412.961**

(1) – Saldo líquido dos custos de emissão de debêntures

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Debêntures

Em 26 de novembro de 2024 a Companhia emitiu as Debêntures descritas no item "b" acima e no item 12.3 deste Formulário de Referência, no valor de R$ 420.000, pelo prazo de 7 anos, custo de DI + 3,50%, e com carência de 12 meses para pagamento de principal. Os recursos captados por meio das Debêntures foram integralmente destinados ao pagamento de contratos de financiamentos anteriores (BASA, BNDES, BANCO VOTORANTIM), para pagamento de dividendos e mútuo entre a Companhia e sua controladora. O saldo líquido em aberto em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 404.498.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras. A Companhia acredita possuir um relacionamento com instituições financeiras, no mercado brasileiro, visando pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas adicionais de fortalecimento de capital de giro.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2025 possuem cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As Debêntures indicadas no item "e" acima possuem cláusulas que imputam à Companhia restrições (*covenants*) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, *cross default* e *cross acceleration*, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos em montante superior ao obrigatório, entre outros. A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado, automático ou não automático, a depender do evento, dos saldos em abertos do instrumento de dívida.

As principais restrições encontram-se descritas abaixo:

Índices Financeiros:

Primeira Emissão de Debênture da Companhia.

Obrigação de medição semestral apurada através das demonstrações financeiras da Companhia:

• Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") maior ou igual a 1,2;
• Dívida Líquida/EBITDA Ajustado para fins de *covenant* menor ou igual a:

2024<=3,0
2025<=2,9
2026<=2,5
2027<=2,5
2028<=2,0
2029<=2,0
2030<=1,0
2031<=1,0

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas previstas nos instrumentos de dívida foram adequadamente atendidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Abaixo, as condições para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Índice	Limite	12 meses findo em	
		31/12/2025	31/12/2024
ICSD	>= 1,2	1,9	-
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado para fins de *covenant*	<= 2,9	2,3	-

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

De acordo com o instrumento, a Companhia deverá manter, durante a vigência do Contrato, os índices financeiros Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD e Dívida liquida, em determinados patamares conforme descrito acima, tendo como base para cálculo semestral os últimos 12 meses. Abaixo, a apuração para o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2025:

ICSD: (EBITDA Ajustado para fins de *covenant* – Tributos (IR +CSLL pagos)) / (Principal e Juros)	
(R$ milhares, exceto índices)	31/12/2025 (12 meses)
Resultado antes dos impostos	**119.739**
(-) Resultado financeiro, líquido	20.639
(+) Depreciação e amortização	14.798
(-) Receita de construção	(10.307)
(+) Baixa ativo financeiro pela concessão	102.870
(-) Receita de remuneração do ativo financeiro	(108.290)
(-) Estorno efeito provisão PIS e COFINS diferido sobre ativo financeiro	-
(+) Custo de construção	10.036
(+) Outros	-
(=) EBITDA Ajustado	**149.485**
(-) Outros (1)	-
(=) EBITDA Ajustado para fins de *covenant*	**149.485**
(-) Tributos IR+CS pagos	**(1.175)**
(=) EBITDA Ajustado – Tributos IR+CS pagos	**148.310**
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures (pagamento principal)	8.400
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures (pagamento juros)	70.950
(-) Expurgo juros ref. refinanciamento da dívida	-
(-) Expurgo principal ref. refinanciamento da dívida	-
(=) (Principal e Juros)	**79.350**
ICSD: (EBITDA Ajustado para fins de *covenant* – Tributos (IR +CSLL pagos)) / (Principal e Juros)(2)	**1,9**

(1) Para fins de covenants o EBITDA Ajustado não utiliza em seu cálculo "Outros".

(2) O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida corresponde ao quociente da divisão do EBITDA Ajustado para fins de *covenant* – Tributos (IR +CSLL pagos)) pelo Principal e Juros da Companhia.

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para fins de *covenant*	
(R$ milhares, exceto índices)	31/12/2025 (12 meses)
Resultado antes dos impostos	**119.739**

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(-) Resultado financeiro, líquido	20.639
(+) Depreciação e amortização	14.798
(-) Receita de construção	(10.307)
(+) Baixa ativo financeiro pela concessão	102.870
(-) Receita de remuneração do ativo financeiro	(108.290)
(-) Estorno efeito provisão PIS e COFINS diferido sobre ativo financeiro	-
(+) Custo de construção	10.036
(+) Outros (1)	-
(=) EBITDA Ajustado	**149.485**
(-) Outros	-
(=)EBITDA Ajustado para fins de *covenant*	**149.485**
(+) Debêntures	404.498
(-) Aplicações financeiras	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	63.483
(=) Dívida líquida	**341.015**
Dívida líquida / EBITDA Ajustado para fins de *covenant* (2)	**2,3**

(1) Para fins de covenants, o EBITDA Ajustado para fins de *covenant* não utiliza em seu cálculo itens identificados como "Outros", conforme definições estabelecidas pelo contrato de debêntures. Itens classificados como outros são utilizados pela Companhia estritamente para cálculo do EBTIDA ajustado.

(2) O Dívida líquida / EBITDA Ajustado para fins de *covenant* corresponde ao quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado para fins de *covenant* da Companhia.

Para fins de esclarecimento, os indicadores financeiros serão calculados semestralmente, consideradas as seguintes definições:

"Dívida Líquida para fins de *covenant*" significa o somatório de empréstimos de curto e longo prazo, incluindo mútuos, avais, emissões de títulos de renda fixa no mercado nacional ou internacional e apenas o valor de operações de risco sacado que ultrapasse o montante total de R$ 15.000.000,00 atualizado monetariamente pelo IPCA, ou seja, será considerado incorporado na Dívida Líquida para fins de *covenant* a diferença entre o valor efetivamente contratado de risco sacado superior a R$ 15.000.000,00 e o montante de R$ 15.000.000,00, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras. A dívida líquida para fins de *covenant* não é uma medida contábil de desempenho, endividamento ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas normas Internacionais IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras Companhias podem calcular a dívida líquida para fins de *covenant* de maneira distinta da Companhia. Cálculo de Dívida Líquida para fins de *covenant* não considera o custo de emissão de debêntures no cálculo;

"EBITDA Ajustado para fins de *covenant*" significa, em relação ao período de 12 (doze) meses anterior à respectiva data de apuração, o somatório: do lucro/prejuízo antes de: (a) impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (b) despesas de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

depreciação e amortização, (c) despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras. Devem ser excluídos deste cálculo: (1) as receitas de remuneração de ativo financeiro, (2) as receitas de construção, baixas do ativo financeiro pela concessão ou pela remuneração, impostos sobre o ativo financeiro, e (3) custo de construção. Ao final, o total de receitas compreendidas dentro do cálculo devem representar o somatório de receitas nominais emitidas em notas fiscais pela Companhia para "contrapartes, seja poder concedente ou terceiros. O EBITDA Ajustado para fins de *covenant* não é uma medida contábil de desempenho, endividamento ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas normas Internacionais IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras Companhias podem calcular o EBITDA Ajustado para fins de *covenant* de maneira distinta da Companhia.

"Tributos" significa o somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD.

"o CAPEX de manutenção será apurado com base em relatório gerencial fornecido pela Companhia, nos termos desta Escritura, e não englobará CAPEX para expansões futuras, que deverá ter contrapartida na receita da Companhia de acordo com o Contrato de Concessão;

"ICSD", significa o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida. O ICSD deverá ser calculado como a razão entre (A) a Geração Operacional de Caixa (Fluxo de Caixa Operacional, advindo das atividades operacionais, considerando o somatório dos recebimentos de contraprestação pública, inclusos os recebimentos referentes ao ativo financeiro, e de outras Receitas Operacionais, já líquidas de eventuais compartilhamentos com o Poder Concedente, deduzidos os custos e despesas operacionais e administrativos, inclusive os tributos e impostos sobre as receitas); e (B) o Serviço da Dívida (amortização de principal e pagamento de juros decorrentes dos passivos onerosos assumidos pela Companhia, a serem pagos no referido período), sendo ICSD = A / B.

Além dos *covenants* financeiros, os contratos de empréstimo firmados pela Companhia contêm cláusulas de *covenants* não financeiros, usuais no mercado, que devem ser cumpridos de acordo com prazos de cura previstos nos respectivos contratos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foi identificado nenhum descumprimento de *covenant* financeiro ou não financeiro que ensejasse vencimento antecipado dos contratos de empréstimo da Companhia.

f. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía quaisquer financiamentos e empréstimos com limites disponíveis para utilização.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Análise comparativa das demonstrações dos resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Em milhares de R$ (exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
Receita líquida dos serviços prestados	251.157	100,0%	233.680	100,0%	7,5%
Custo de serviço prestado	(61.663)	(24,6)%	(58.871)	(25,2)%	4,7%
Lucro bruto	**189.494**	**75,4%**	**174.809**	**74,8%**	**8,4%**
Gerais e administrativas	(49.116)	(19,6)%	(50.975)	(21,8)%	(3,6%)
Outras receitas operacionais	-	-%	100.829	43,1%	(100%)
Despesas (Receitas) Operacionais	**(49.116)**	**(19,6)%**	**49.854**	**21,3%**	**(198,5)%**
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	**140.378**	**55,9%**	**224.663**	**96,1%**	**(37,5%)**
Receita financeira	52.027	10,2%	23.813	10,2%	118,5%
Despesa financeira	(72.666)	(5,2)%	(12.118)	(5,2)%	499,7%
Resultado financeiro, líquido	**(20.639)**	**5,0%**	**11.695**	**5,0%**	**(276,5)%**
Resultado antes dos impostos	**119.739**	**101,1%**	**236.358**	**101,1%**	**(49,3%)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(29.230)	(8,8)%	(20.563)	(8,8)%	42,1%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(7.075)	(8,9)%	(20.773)	(8,9)%	(65,9%)
Imposto de renda e contribuição social	**(36.305)**	**(17,7)%**	**(41.336)**	**(17,7)%**	**(12,2)%**
Lucro líquido do exercício	**83.434**	**83,5%**	**195.022**	**83,5%**	**(57,2%)**

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita líquida dos serviços prestados

A receita líquida de serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 251.157 comparativamente a R$ 233.680 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que representou um aumento de R$ 17.477 ou 7,5%. O avanço reflete a manutenção da contraprestação máxima, garantida pelo desempenho operacional e pelo reajustedesempenho operacional de cesta de índices (IPCA, IGP-M e IAC) aplicado em maio de 2025.

Custo de serviço prestado

O custo de serviço prestado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 61.663 comparativamente a R$ R$ 58.871 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que representou um aumento de R$ 2.792, ou 4,7%. Esse crescimento deve-se principalmente ao aumento nos gastos serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis do Hospital são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras e aquisição de equipamentos ao final.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 189.494 comparativamente a R$ 174.809 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de R$ 14.685, ou 8,4%.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de R$ 49.116 comparativamente a R$ 50.975 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que representou uma queda de R$ 1.859, ou 3,6%. Os resultados têm sido favorecidos por processos constantes de revisões contratuais com terceiros e mudanças nos modelos de aquisição de bens e serviços, movimento iniciado em 2020 e que busca alongamento de prazos de pagamentos, aproximando os desembolsos ao ciclo de caixa da Companhia. Esses acordos, resultaram na prevalência de prazos de pagamentos superiores a 100 dias, ante os 30 dias praticados no início das atividades da OZN.

Outras receitas operacionais

Não houve resultado na linha de outras receitas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparativamente a uma receita de R$ 100.829 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma queda de R$ 100.829. Essa queda foi principalmente devido a reconhecimento extraordinário no exercício de 2024 de receita advinda de decisão judicial tributária, em trânsito julgado, referentes a crédito extemporâneo e estorno de PIS e COFINS diferidos entre os períodos de 2017 a 2024.

Resultado antes do resultado financeiro e impostos

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o resultado antes do resultado financeiro e impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 140.378

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

comparativamente a R$ 224.663 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma queda de R$ 84.285, ou 37,5%.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de uma despesa financeira de (R$ 20.639) comparativamente a uma receita financeira de R$ 11.695 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma variação de (R$ 32.334) ou 276,5%. A queda reflete, sobretudo, os juros das debêntures emitidas pela Companhia para otimização da estrutura de capital realizada no final de 2024, parcialmente compensados por receitas financeiras de mútuos e atualizações da taxa SELIC sobre créditos tributários.

Resultado antes dos impostos

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o resultado antes dos impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 119.739 comparativamente a R$ 236.358 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma queda de R$ 116.619, ou 49,3%.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 36.305 comparativamente a R$ 41.336 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma redução de R$ 5.031, ou 12,2%. Essa redução foi principalmente em decorrência do resultado positivo da ação judicial do ano anterior que ocasionou o aumento em outras receitas operacionais e da atualização monetária dos créditos tributários no resultado financeiro.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 83.434 comparativamente a R$ 195.022 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma queda de R$ 111.588, ou 57,2%.

FLUXO DE CAIXA

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Em milhares de R$ (exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	85.768	127.699	(32,8%)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.597)	(208.338)	(96,8%)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(28.962)	56.982	(150,8)%
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	50.209	(23.656)	(312,2)%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$ 85.768 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a R$ 127.699 gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa queda é justificada, substancialmente, devido a amortização de juros relacionada às debêntures.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R$ 6.597 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a R$ 208.338 aplicado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa queda é justificada, substancialmente, ao resultado com partes relacionadas no montante de R$ 200.000 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, sem valor correspondente no ano de 2025.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou (R$ 28.962) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a R$ 56.982 aplicado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação é justificada, substancialmente, devido a captação de Debêntures no montante de R$ 412.215 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, parcialmente compensado pelo aumento nos montantes de dividendos pagos e amortização principal de empréstimos em 2025 quando comparado com o exercício anterior.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida dos serviços prestados da Companha é composta, principalmente: (i) pela receita de operação, que é a receita de operação e manutenção sobre operacionalização dos serviços correspondem ao gerenciamento e fiscalização da operação e manutenção dos serviços não assistenciais do Hospital tais como, lavanderia, nutrição, portaria, telefonia, vigilância, esterilização, limpeza, manutenção predial, informática e manutenção de equipamentos. A receita de desenvolvimento da infraestrutura foi incorrida na fase de construção e apenas relacionada com a construção do hospital. Esta receita de desenvolvimento da infraestrutura foi reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra; (ii) pela receita de remuneração do ativo de concessão, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das infraestruturas hospitalares); (iii) pela receita de construção, que é receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão que são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC – 01 (R1)/IFRIC 12 e OCPC-05/sem norma IFRS correlata; e (iv) deduzida do Imposto sobre Serviços – ISS 5%.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram os resultados operacionais da Companhia estão descritos no item 2.1.g deste Formulário de Referência. Isoladamente nenhum fator afetou materialmente os negócios da Companhia.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia é decorrente da parceria público-privada firmada com o poder concedente e pode ser segregada, principalmente em receita de construção, receita de operação e receita de remuneração do ativo de concessão, abaixo as principais informações sobre cada um dos tipos de receita reconhecida:

1. **Receita de Construção**: Refere-se às atividades de implantação e melhorias na infraestrutura hospitalar e equipamentos, reconhecida com base no custo incorrido, conforme previsto contratualmente.

2. **Receita de Operação**: Compreende os serviços contínuos de apoio não clínico (engenharia clínica, nutrição, higienização, lavanderia, entre outros), prestados ao hospital parceiro. O reconhecimento da receita ocorre conforme a prestação efetiva dos

2.2 Resultados operacional e financeiro

serviços, com base em valores fixados contratualmente e sujeitos a reajustes periódicos por cesta de índices com respectivos pesos (IPCA = 45%; IGPM = 10%; IAC convenção coletiva = 45%).

3. **Receita de remuneração do ativo de concessão:** Em contratos que preveem a adoção do modelo financeiro, a remuneração do ativo financeiro é calculada com base na taxa interna de retorno (TIR) do contrato com as aberturas para pronto socorro e hospital por ter entregas em momentos diferentes, refletindo os fluxos de caixa futuros esperados de correção monetária estipulados no contrato. Os contratos de concessão firmados pela Companhia preveem cláusulas de reajuste anual, geralmente atreladas ao IPCA, IGPM e IAC convenção coletiva, e mecanismos de revisão periódica para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, além de revisões por auditoria independente.

Além disso, a inflação impacta principalmente os custos relacionados a mão de obra, pois serve como base para a negociação dos dissídios coletivos. As variações de custo produtivo são constantemente avaliadas e, quando se fizer necessário, a Companhia negociará reequilíbrios contratuais de tal forma a reestabelecer a sua rentabilidade.

Para uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos de mercado da Companhia, consulte seção 4 e item 4.3 deste Formulário de Referência.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os negócios da Companhia são desenvolvidos no Brasil e a totalidade das suas receitas estão em reais. Consequentemente, a Companhia é afetada diretamente pela conjuntura econômica do Brasil, que tem sido historicamente caracterizada por variações significativas em termos de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, principalmente flutuações entre o real e o dólar norte-americano.

Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por tais fatores e pelos efeitos de tais fatores sobre as taxas de desemprego, custos de financiamento, disponibilidade geral de crédito e salários médios no Brasil.

A Companhia é particularmente afetada pelas condições macroeconômicas no estado do Amazonas.

A tabela a seguir apresenta alguns indicadores brasileiros nas datas indicadas.

2.2 Resultados operacional e financeiro

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	**2024**
Crescimento (retração) real do PIB	2,2%	2,9%
Meta SELIC (final de período) (1)	15,0%	11,8%
Inflação (IPCA) (2)	4,3%	4,6%
Taxa de desemprego (trimestre)	5,1%	7,4%
Fontes: FGV, IBGE, Banco Central do Brasil e Bloomberg.		
(1) Corresponde à taxa de juros que representa a taxa média ajustada das operações compromissadas com prazo de um dia útil lastreadas com títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, estabelecida pelo COPOM.		
(2) Significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo IBGE (com relação ao período de 12 meses imediatamente anterior) ("IPCA").		

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis no último exercício social que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que não houve ressalvas ou ênfases nos relatórios de auditoria emitidos pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não houve introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 1.12 deste Formulário de Referência.

c. eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que, no último exercício social, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"). Consiste no lucro líquido do exercício acrescido pelo: resultado financeiro, líquido; imposto de renda e contribuição social corrente e diferido; e pelos custos e despesas de depreciação e amortização ("EBITDA").

A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida dos serviços prestados ("Margem EBITDA").

O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil divulgada pela Companhia e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro, líquido, imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, custos e despesas de depreciação e amortização, receita de remuneração do ativo da concessão, receita de construção, baixa do ativo financeiro pela concessão, PIS e COFINS diferidos sob discussão judicial, reinvestimento de ativo financeiro e outros ("EBITDA Ajustado").

O EBITDA Ajustado não possui significado padrão e, desta forma, nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser comparável à métricas de títulos semelhantes apresentadas por outras entidades.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida de serviços prestados ("Margem EBITDA Ajustado").

(em R$ milhares, exceto %s)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
EBITDA	**155.176**	**239.461**
Margem EBITDA	61,8%	102,5%
EBITDA Ajustado	**149.485**	**193.148**
Margem EBITDA ajustado	63,5%	86,2%

Dívida bruta, Dívida líquida ajustada e Dívida líquida ajustada pelo Patrimônio líquido

A Dívida bruta equivale a soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante) e Operações de *Confirming*.

A Dívida líquida ajustada equivale ao total da Dívida bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (circulante e não circulante) e Operações de *Confirming*.

2.5 Medições não contábeis

O Patrimônio Líquido considerado corresponde ao saldo contábil apurado nas demonstrações financeiras da Companhia, composto pelo capital social, reservas de capital, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.

A Dívida Líquida Ajustada pelo Patrimônio Líquido é obtida pela razão entre a Dívida Líquida Ajustada e o Patrimônio Líquido, sendo utilizada como indicador de alavancagem financeira da Companhia. Esse índice reflete o grau de dependência de capital de terceiros em relação ao capital próprio, permitindo avaliar a capacidade da Companhia de honrar seus compromissos financeiros com os recursos aportados pelos acionistas.

A Dívida Bruta, a Dívida líquida ajustada e a Dívida líquida ajustada pelo Patrimônio líquido não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta, a Dívida líquida ajustada e a Dívida líquida ajustada pelo Patrimônio líquido de maneira diferente da calculada pela Companhia. A Companhia utiliza a Dívida Bruta, a Dívida líquida ajustada e a Dívida líquida ajustada pelo Patrimônio líquido para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, endividamento, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

(em R$ milhares, exceto %s)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida Bruta	416.972	424.793
Dívida Líquida Ajustada	341.015	395.977
Dívida Líquida Ajustada / Patrimônio líquido	102,7%	120,0%

Receita bruta ajustada

A Receita bruta ajustada é uma medida não contábil divulgada pela Companhia e consiste na receita bruta do exercício, ajustada pela exclusão da receita de remuneração do ativo da concessão e da receita de construção, bem como pela inclusão da baixa do ativo financeiro pela concessão ("Receita bruta ajustada").

A Receita bruta ajustada não possui significado padrão e, desta forma, nossa definição de Receita bruta ajustada pode não ser comparável à métricas de títulos semelhantes apresentadas por outras entidades.

(em R$ milhares)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Receita bruta ajustada	247.761	234.480

2.5 Medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado

(em R$ milhares, exceto %s)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício/período	**83.434**	**195.022**
(+/-) Resultado Financeiro, líquido	20.639	(11.695)
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	36.305	41.336
(+) Depreciação e amortização	14.798	14.798
(=) EBITDA	**155.176**	**239.461**
(-) Receita de remuneração do ativo da concessão	(108.290)	(96.644)
(-) Receita de construção	(10.307)	(8.337)
(+) Baixa do ativo financeiro pela concessão	102.870	95.362
(-) Pis e Cofins diferidos sob discussão judicial	-	(44.293)
(+) Reinvestimento de ativo Financeiro	10.036	7.598
(+) *Outros*	-	-(1)
(=) EBITDA Ajustado	**149.485**	**193.148**
(/) Receita líquida dos serviços prestados	251.157	233.680
Margem EBITDA	**61,8%**	**102,5%**
Margem EBITDA Ajustado	**63,5%**	**86,2%**

(1) *A Companhia, em linha com o entendimento da auditoria independente à época, realizou ajuste gerencial na rubrica "Outros" no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de modo que tais valores foram integralmente excluídos do EBITDA, sem necessidade de reapresentação das demonstrações financeiras.*

Dívida bruta, Dívida líquida ajustada e Dívida líquida ajustada pelo Patrimônio líquido

Em milhares de R$ (exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024

2.5 Medições não contábeis

(+) Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	-	-
(+) Debêntures (circulante e não circulante)	404.498	412.961
(+) "Operações de *Confirming*"(1)	12.474	11.832
Dívida Bruta	**416.972**	**424.793**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(63.483)	(13.274)
(-) Aplicações financeiras (circulante e não circulante)	-	(3.710)
(-) Operações de *Confirming* (1)	(12.474)	(11.832)
Dívida Líquida Ajustada	**341.015**	**395.977**
Patrimônio Líquido	331.735	329.855
Dívida Líquida Ajustada / Patrimônio líquido	**102,7%**	**120,0%**

(1) A Companhia entende que o Saldo de Fornecedores – "*Confirming*" deva ser considerado no cálculo da dívida *bruta e líquida por representarem obrigações financeiras lastreadas em instituições bancárias, com custo explícito (taxa de 1,34%) e transferência de crédito aos bancos.*

Receita Bruta Ajustada

(em R$ milhares, exceto %s)	**Exercício findo em 31 de dezembro de**	
	2025	**2024**
Receita bruta	**263.488**	**243.765**
(-) Receita de remuneração do ativo da concessão	(108.290)	(96.644)
(-) Receita de construção	(10.307)	(8.337)
(+) Baixa do ativo financeiro pela concessão	102.870	95.362
(=) Receita bruta ajustada	**247.761**	**234.146**

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

A Companhia utiliza o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado como indicadores gerenciais (não contábeis), pois acredita ser medidas práticas para medir o desempenho operacional, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos da estrutura atual da Companhia, que corresponde, conforme aplicável, aos indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

Dívida Bruta e Caixa Líquido

A medição da Dívida Bruta e do Caixa Líquido são uteis na avaliação do grau de endividamento da Companhia em relação à sua respectiva posição de caixa. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e o Caixa Líquido de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Receita bruta ajustada

A Companhia utiliza a receita bruta ajustada como indicador gerencial (não contábil), pois acredita ser uma medida prática para medir o desempenho operacional, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos da estrutura atual da Companhia, que corresponde, conforme aplicável, aos indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

2.7 Destinação de resultados

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025
a. Regras sobre retenção de lucros	Segundo a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o estatuto social da Companhia, do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Do lucro líquido destinar-se-ão (i) 5% para constituição de reserva legal, até que o saldo da reserva atinja 20% do capital social, sendo facultado à Companhia deixar de constituir a reserva legal no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital previstas no artigo 182, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% do capital social; (ii) no mínimo 25% do lucro líquido do exercício (diminuído ou acrescido dos valores destinados à constituição da reserva legal e à formação ou reversão da reserva para contingências) como dividendo mínimo obrigatório, observado o disposto no artigo 202, incisos II e III da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) o saldo remanescente, após as deduções de que tratam as alíneas acima, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, podendo ser distribuído entre os Acionistas ou mantido, contabilmente, em reservas da Companhia para futuras destinações ou compensações em resultados futuros.
a.i. Valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou lucro líquido consolidado no valor de R$ 83.434, tendo sido: (i) o valor de R$ 4.172 destinado à constituição de reserva legal; (ii) o valor de R$ 19.816 destinado à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios; e (iii) o valor de R$ 59.446 destinado à constituição de retenção de lucros.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os percentuais das destinações do lucro líquido foram os seguintes: (i) 5% do lucro líquido foi destinado à constituição de reserva legal; (ii) 24% do lucro líquido foi destinado à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios; e (iii) 71% do lucro líquido foi destinado à constituição de retenção de lucros.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O estatuto social da Companhia autoriza, ainda, a (i) distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros ou de reservas de lucros apurados em balanços patrimoniais anuais ou semestrais; e (ii) dividendos intercalares com base nos lucros apurados em balanço levantado em períodos que não o anual ou semestral observadas as limitações legais.

2.7 Destinação de resultados

	A declaração de dividendos intercalares ou intermediários compete à assembleia geral de acionistas ou ao conselho de administração.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos da Companhia garante aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários ou intercalares e deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 204, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Lei das Sociedades por Ações permite, entretanto, que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a condição financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer sobre a recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar justificativa para a suspensão à CVM dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita. Adicionalmente, nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures da Companhia, é vedada a distribuição de dividendos em determinadas hipóteses. Conforme previsto na cláusula 7.2, inciso VIII do referido Instrumento, caso a Companhia esteja em mora com quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas na referida Escritura de Emissão e/ou nos respectivos contratos de garantia, a realização de distribuição ou pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou quaisquer outras distribuições de recursos ou ativos aos acionistas em montante superior ao dividendo mínimo legal poderá caracterizar hipótese de vencimento antecipado automático das debêntures. Nessa situação, todas as obrigações previstas na Escritura de Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas pelo Agente Fiduciário, independentemente de deliberação da assembleia geral de debenturistas.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei das S.A., em seu estatuto social, e conforme determinado na Escritura de Emissão de Debêntures da Companhia, nos termos acima expostos.

2.7 Destinação de resultados

pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

iii. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.10 Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há investimentos significativos em andamento ou previstos da Companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende continuar financiando suas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes (i) de suas atividades operacionais; (ii) de investimentos dos seus acionistas; e (iii) de empréstimos e financiamentos contraídos junto ao mercado financeiro e ao mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há planos de desinvestimento relevante em andamento ou previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

2.10 Planos de negócios

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia identifica oportunidades relevantes relacionadas às questões ambientais, sociais e de governança, que, desde o princípio, orientam seus objetivos estratégicos e contribuem para a geração de valor no contexto da concessão administrativa que opera, bem como para a definição de metas anuais em ASG, as quais impactam a remuneração variável (bônus) de todos os colaboradores da Companhia, incluindo os executivos e alta liderança.

Nesse contexto, em 2025, a Opy Health realizou ampla atualização de sua estratégia ESG, aplicável a todo o Grupo Opy, com o objetivo de torná-la mais orientada ao crescimento do negócio e às prioridades de longo prazo.

Antes vinculadas exclusivamente a compromissos quantitativos de desempenho, as metas ESG foram integradas à visão de futuro, conectadas aos temas materiais do Grupo Opy. Dessa forma, a agenda ESG passa a ser entendida como eixo empresarial estruturante, capaz de orientar decisões, fortalecer a proposta de valor e apoiar o desenvolvimento sustentável da organização.

Aprovada em 2021 pelo Conselho de Administração, com horizonte de realizações até 2025, a estratégia anterior, baseada em indicadores e metas anuais de performance, foi fundamental na organização e viabilização da agenda ESG do Grupo Opy.

Ao longo do ciclo inicial, alcançamos grande parte do que foi previsto, com avanços expressivos em temas como satisfação de colaboradores, pacientes e acompanhantes, redução de emissões de GEE, gestão de resíduos e fortalecimento dos processos de ética e integridade.

Instituído para o período 2025-2030, o novo modelo proposto se apresenta como um direcionador para toda a Companhia, permeando os processos e áreas, se integrando de forma mais consistente às decisões e ao negócio. Dessa forma, os objetivos passam a se conectar aos temas materiais correspondentes e aos impactos relevantes da Opy Health e suas subsidiárias, assegurando foco, coerência e relevância às iniciativas.

A partir dessa estrutura, a Companhia definirá a cada ano objetivos quantitativos e qualitativos que atendam aos propósitos de médio prazo. Com isso, há ganho de flexibilidade na condução das iniciativas necessárias ao alcance do que foi estabelecido, reforçando o alinhamento da estratégia ao planejamento empresarial. Antes restritas ao âmbito corporativo, as metas ESG passam a integrar também as metas individuais dos gestores, reforçando a natureza transversal da estratégia.

Com base na nova abordagem, foram definidas diversas ações iniciadas em 2025, com os seguintes destaques:

2.10 Planos de negócios

Jornadas e pontos de contato – Mapeamento das experiências de pacientes, acompanhantes e "bata branca", conectadas ao objetivo da Companhia em se manter na Zona de Excelência dos indicadores NPS/CSAT e disseminar a estratégia nos novos ativos.

Impactos nas comunidades – Aprimoramento das ações realizadas no ciclo anterior, com inclusão de novos projetos, estimulando a inovação nas iniciativas locais.

Meio ambiente – Realização de estudos para o aumento dos índices de reciclagem e reaproveitamento de resíduos, como preparação para o estabelecimento futuro de metas mais robustas e quantitativas.

Certificações – Mapeamento e padronização de processos internos e requisitos para a obtenção de certificações ISO.

Riscos – Atualização da matriz de riscos corporativa e elaboração de matriz de riscos operacional para a Companhia, fortalecendo a governança, com a instituição das áreas de Controles Internos e da Auditoria Interna, e realização de, no mínimo, três auditorias por ano.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia não identificou outras informações relevantes relativas a esta Seção 2 que não tenham sido previamente divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

a. Objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

3.2 Acompanhamento das projeções

a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento em quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia, devidamente acompanhadas de suas respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, reputação, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção 4, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto. Os fatores de risco descritos nesta seção 4 estão expostos em ordem decrescente de relevância, isto é, do mais relevante para o menos relevante para a Companhia, dentro de cada subitem, determinada pela administração da Companhia, com base nos cenários de risco aos quais a Companhia está exposta.

Não obstante a subdivisão desta seção 4, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

a. emissor

A Companhia pode não ser capaz de cumprir os termos de seus contratos de operação de hospitais tanto com o poder público quanto com os clientes privados, o que pode acarretar o pagamento de multas, bem como outras penalidades e, a depender da gravidade do descumprimento, na perda de suas respectivas concessões, subconcessões e autorizações. Eventuais multas ou a perda do direito de exploração podem afetar os negócios da Companhia e seus resultados de maneira adversa relevante.

A Companhia tem o direito de administração não assistencial do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, no município de Manaus, no estado do Amazonas, conforme Contrato de Prestação de

4.1 Descrição dos fatores de risco

Serviços nº 061/2013, firmado em 30 de abril de 2013 (“Contrato”). O Contrato pode ser rescindido antes do vencimento de seu prazo, em geral, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) não cumprimento de obrigações previstas no respectivo contrato (incluindo a prestação de serviços ineficientes ou a falha em sanar um problema) ou o inadimplemento no pagamento dos valores devidos pela Companhia, nos termos de tal contrato; ou (ii) recuperação judicial, falência ou dissolução da Companhia. Ainda, nos termos do Contrato, a Companhia deverá atingir determinadas metas operacionais. Caso essas metas não sejam alcançadas, a Companhia poderá ser multada e, em caso de reincidência, o Contrato poderá ser rescindido pelo poder concedente. Ademais, mesmo que o Contrato não seja rescindido antes do seu vencimento, não é possível garantir em que termos o Contrato será renovado, nem se a Companhia conseguirá obter a respectiva renovação.

Caso o Contrato seja rescindido por quaisquer dos motivos acima, o direito de operação cessará e a operação comercial será encerrada. Após essa rescisão, todos os bens vinculados ao Contrato (juntamente com quaisquer investimentos nele realizados pela Companhia) serão revertidos ao Governo Federal e/ou outras esferas da República Federativa do Brasil. A Companhia será obrigada a indenizar o poder concedente por quaisquer ativos revertidos que não estejam em condições operacionais apropriadas na data da reversão. Apesar de ter o direito de receber uma indenização em dinheiro, referente ao valor não amortizado ou depreciado, não é possível garantir que esse valor seja suficiente para o ressarcimento integral da Companhia pelo valor desses ativos ou lucros cessantes. Em caso de rescisão dos contratos por inadimplemento, esse valor poderá ser reduzido a zero devido à imposição de multas e outras penalidades.

A Companhia poderá ser material e adversamente afetada por falhas nos seus processos de governança, gestão de riscos e compliance, bem como por violações à Lei Anticorrupção.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, processos de governança, bem como os procedimentos internos atuais da Companhia, podem não ser suficientes para prevenir, identificar, analisar, quantificar, avaliar ou monitorar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta por parte de todos os seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que agem em nome, no interesse e em benefícios da Companhia. A Companhia está sujeita às leis e aos regulamentos voltados à prevenção e ao combate à corrupção como, por exemplo, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), o Decreto nº 11.129/2022, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002 e o Decreto nº 5.678/2006, assim como outras normas relacionadas.

Os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de (i) detectar violações à Lei Anticorrupção, à Lei de Improbidade Administrativa, à Lei de Licitações ou às leis e normas similares, (ii) detectar ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam agir em seu nome, interesse ou benefício;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(iii) gerenciar todos os riscos que a política de gerenciamento de riscos da Companhia identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, e (iv) detectar outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a reputação, os negócios, as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de assegurar que todos os seus administradores, funcionários e terceiros atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, às leis e aos regulamentos aplicáveis voltados à prevenção e ao combate à corrupção. Deste modo, a Companhia poderá estar sujeita às violações de seu Código de Ética e Conduta, das leis e dos regulamentos listados acima e da legislação correlata, em decorrência da conduta nos negócios e da ocorrência de comportamento fraudulento e ilícito por parte de seus administradores, funcionários e terceiros que atuem em nome próprio ou em benefício da Companhia.

A Lei Anticorrupção impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos lesivos à administração pública praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, podendo resultar, por exemplo, nas seguintes sanções: (i) multa no valor de até 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo; (ii) publicação extraordinária de sentença condenatória; (iii) obrigação de reparação de danos causados; (iv) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, e (v) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público. A Companhia poderá ainda, em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção perpetradas por seu controlador, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, consorciados, vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado, os quais, nesse caso poderiam afetar material e adversamente sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de seus valores mobiliários.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer das leis acima exemplificadas, praticadas contra a administração pública da República Federativa do Brasil (“Brasil”) ou do exterior por parte de administradores, funcionários, parceiros de negócios ou terceiros que atuam em nome, benefício ou interesse da Companhia, pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais de quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, entre outras sanções e consequências, de modo que, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Por conseguinte, se a Companhia não for capaz de manter os processos de governança, gestão de riscos e compliance operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de elaborar suas

4.1 Descrição dos fatores de risco

demonstrações e informações financeiras adequadamente, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes e/ou a ocorrência de outros desvios.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia por parte de usuários, contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e a sociedade de modo geral pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a seus clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros, como parceiros de negócios ou seus usuários. Os danos à reputação da Companhia, sanções ou outras imposições legais também podem produzir efeitos adversos sobre seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de seus valores mobiliários.

Assim, falhas nos processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem afetar material e adversamente a reputação, os negócios, a capacidade de contratação com o poder público, as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de valores mobiliários de emissão da Companhia, de forma negativa, bem como podem sujeitar seus administradores a sanções criminais, além da eventual perda de contratos de concessão.

A Companhia pode ser prejudicada pelo mau funcionamento ou interrupção de sistemas de tecnologia da informação ou maquinário automatizado, bem como por riscos associados a incidentes de segurança cibernética que podem resultar em acesso indevido a informações confidenciais ou sensíveis.

O gerenciamento eficiente das operações da Companhia é dependente de sistemas de tecnologia da informação, de modo que quaisquer incidentes de segurança da informação causados por obsolescência, falhas técnicas ou atos intencionais, podem afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas utilizados pela Companhia e, portanto, prejudicar ou mesmo paralisar seus negócios e impactar negativamente suas operações, ou ainda, causar um efeito material adverso nos resultados dos negócios da Companhia, inclusive por conta de multas, obrigações perante clientes ou litígio judicial.

Além disso, a Companhia coleta e armazena informações comerciais em seus sistemas, e pode ter acesso a informações confidenciais ou dados pessoais em alguns de seus negócios em que atua, os quais estão sujeitos às leis de privacidade e proteção de dados, regulamentos e controles impostos por clientes. Qualquer falha nos sistemas da Companhia relacionada a informações confidenciais, ocasionada por ataques cibernéticos externos ou ações internas, incluindo negligência e/ou má conduta de seus funcionários da Companhia, podem ter um

4.1 Descrição dos fatores de risco

impacto negativo na reputação da Companhia diante de concorrentes e agentes externos (governo, órgãos reguladores, fornecedores, clientes, entre outros).

Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem ser vulneráveis a ações externas, tais como vírus, ataques cibernéticos e outras falhas de segurança. Qualquer dano ou interrupção pode causar um efeito negativo adverso nos resultados dos negócios da Companhia, inclusive por conta de multas, obrigações perante clientes ou litígio judicial. Ataques cibernéticos têm se tornado cada vez mais sofisticados e difusos. Falhas nos sistemas de segurança cibernética da Companhia ou falhas na prevenção ou identificação destes ataques podem ter um impacto adverso relevante para a Companhia, incluindo dano de imagem, impactos de natureza financeira e/ou operacional, podendo impossibilitar, ainda que temporariamente, a execução de processos críticos pela Companhia. Adicionalmente, os sistemas de informação da Companhia estão expostos a vírus maliciosos (malware), que podem interferir inesperadamente nas operações da Companhia.

A Companhia pode estar sujeita a violações dos sistemas de automação, ocasionando paralisações parciais e/ou temporárias das operações e/ou acesso indevido a informações estratégicas, além da perda de dados relevantes. Os custos para resolução das vulnerabilidades e/ou dos problemas mencionados anteriormente podem ser significativos, podendo afetar as operações da Companhia. Ainda, a Companhia não pode garantir que os controles técnicos de segurança e sistemas de monitoramento mantidos, ou os procedimentos adotados por terceiros, serão capazes de protegê-la contra todos os tipos de ataques, incluindo ataques cibernéticos, que podem ter um efeito adverso relevante nos negócios e na reputação da Companhia.

As operações da Companhia estão expostas à possibilidade de falhas no abastecimento de insumos críticos para a operação dos hospitais: energia elétrica, água, gás natural, gases médicos, dentre outros eventos que não estão no controle da Companhia e que podem afetar negativamente seu desempenho financeiro.

As estruturas da Companhia bem como aquelas infraestruturas administradas por ela podem ser afetadas por falhas no abastecimento de insumos críticos para a operação dos hospitais: energia elétrica, água, gás natural, gases médicos, dentre outros eventos que não estão no controle da Companhia.

Este risco pode resultar na indisponibilidade de atendimento e perdas financeiras por danos nas estruturas descritas acima.

A Companhia está sujeita a certos riscos operacionais, bem como, a possibilidade de perdas por desastres naturais, catástrofes, acidentes, incêndios e outros eventos que podem afetar o desempenho de seus compromissos contratuais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos operacionais, bem como, a possibilidade de perdas por desastres naturais, catástrofes, acidentes, incêndios e outros eventos que podem afetar a operação dos hospitais. Esses riscos incluem, não estando limitados a desastres naturais, falhas mecânicas e elétricas, acidentes, acidentes ocupacionais, danos, incêndios, explosões, interrupções de atividades, condições políticas e hostilidades, greves de trabalho, condições climáticas adversas como inundações, desastres naturais, crises de abastecimento de água e energia, incluindo acidentes ambientais, os quais podem resultar em danos, multas, indenizações ou custos exigidos por terceiros e outras reclamações contra a Companhia.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira

As autoridades tributárias implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, a carga tributária da Companhia, o que pode restringir a capacidade da Companhia de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações da Companhia, esta poderá ser adversamente afetados, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades.

Outrossim, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, assim como a Lei Complementar nº 214/2025, que estabelecem as bases para a Reforma Tributária no Brasil. Essa reforma prevê a substituição de cinco tributos atualmente vigentes — PIS, Cofins e IPI (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) — por um sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados, municípios e o distrito federal. O novo modelo será implementado gradualmente, com início da transição em 2026 e conclusão prevista para 2033.

Além da EC 132/2023 e da LC 214/2025, outras propostas também tramitam no Congresso Nacional e poderão complementar ou alterar aspectos da reforma já aprovada. Os impactos da implementação da reforma no sistema tributário brasileiro ainda não podem ser quantificados com precisão, contudo, poderão afetar, direta ou indiretamente, os negócios e resultados da Companhia.

Caso ocorram novas mudanças na legislação ou regulamentações aplicáveis — incluindo a extinção de tributos ou a modificação de regimes especiais/incentivos fiscais durante ou após seus períodos de vigência — estas alterações poderão impactar os negócios e resultados da Companhia de forma direta ou indireta.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita à apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), além das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (Cofins), com base em sua receita, conforme previsto na legislação tributária vigente. Em alguns casos, a determinação da base de cálculo exige análises complexas, uma vez que a receita tributável pode divergir da receita reconhecida conforme os parâmetros contábeis aplicáveis à Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita a fiscalizações das autoridades tributárias nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado, suas posições fiscais podem ser questionadas, o que pode resultar na necessidade de provisões adicionais ou à constituição de novas reservas fiscais. Eventual aumento da carga tributária decorrente de tais questionamentos pode afetar adversamente os resultados operacionais, os negócios e a posição financeira da Companhia.

Recentemente, as autoridades fiscais brasileiras têm intensificado o número de fiscalizações. Questões como controle de estoque, despesas com amortização de ágio, reestruturações societárias e planejamento tributário, têm sido alvo recorrentemente de atenção. Além disso, processos judiciais e administrativos relacionados a temas fiscais, perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e tribunais administrativos estaduais e municipais, também podem afetar negativamente a Companhia.

A Companhia está sujeita aos riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e de outros tipos de sanções.

Em 18 de setembro de 2020, entrou em vigor a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("LGPD") que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa. A lei, ainda, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento das disposições da LGPD.

Ainda, a LGPD estabelece que os controladores e os operadores de dados pessoais devem implementar processos internos e políticas de privacidade que assegurem conformidade com a legislação, incluindo a adoção de programas de governança de privacidade de dados pessoais e

4.1 Descrição dos fatores de risco

medidas que evidenciem sua eficácia. Além disso, a LGPD criou a figura do encarregado de dados, responsável por atuar como um canal de comunicação entre a empresa, os titulares dos dados pessoais e a ANPD.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; (ii) a aplicação das penalidades previstas na legislação específica e esparsa; e (iii) risco reputacional à Companhia.

O descumprimento à LGPD, pode sujeitar a Companhia às sanções previstas na lei, de forma isolada ou cumulativa, tais como: (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) obrigação de divulgação de incidente de segurança; (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento de dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais a que se refere a infração; (vi) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados; (vii) multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$ 50 milhões por infração; e (viii) multa diária, observado o limite global acima mencionado. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Assim, falhas de segurança e quaisquer outras falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, consequentemente, o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia pode encontrar dificuldades em gerenciar seu risco de liquidez e seu risco de crédito.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, limites de crédito e reservas de captação monitorando continuamente o fluxo de caixa previsto e real, procurando adequar permanentemente os prazos dos ativos e passivos financeiros. A abordagem da Companhia em administrar a sua liquidez visa assegurar que esta seja sempre suficiente para cumprir com as obrigações da Companhia que expiram sob condições de tensão ou normais, sem causar perda inaceitável ou dano à reputação da Companhia. A Companhia busca assegurar que sempre terá recursos suficientes para arcar com as despesas operacionais esperadas, incluindo o

4.1 Descrição dos fatores de risco

cumprimento de suas obrigações financeiras, excluindo o potencial impacto que circunstâncias extremas, tais como desastres naturais.

A existência do risco de crédito da Companhia pode ser atribuída, principalmente, aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, empréstimos e financiamentos, contas a receber e outros recebíveis. Os valores apresentados na rubrica “contas a receber” no balanço são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia aplica seu excedente de caixa em títulos públicos e privados de acordo com as normas aprovadas pela administração, que seguem a política interna para concentração de risco de crédito. As aplicações com risco de crédito privado são feitas apenas em instituições financeiras de primeira linha.

Em cenários extremos de escassez de caixa e redução relevante de geração de caixa, a Companhia pode encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas ao seu passivo financeiro que estão estabelecidos para pagamentos em dinheiro ou outro ativo financeiro, o que poderia impactar sua perspectiva de crédito perante instituições financeiras, além de ter impacto adverso em contratos da Companhia.

A Companhia pode não conseguir atender as cláusulas restritivas (*covenants*) de seus contratos financeiros.

O endividamento total (debêntures (circulante e não circulante)) da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 404.498.000,00. A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) existentes em instrumento particular de escritura de debêntures da qual é parte, com base em indicadores financeiros e não financeiros, incluindo, entre outras, restrições sobre incorporações, pagamento de dividendos, aquisições e outras reestruturações societárias, cláusulas de efeito adverso relevante, disposições de alteração de controle, falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial.

Dessa forma, caso a Companhia não seja capaz de: (i) atender aos *covenants* financeiros estabelecidos com seus credores em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios; (ii) manter as garantias dos contratos de empréstimo e financiamentos válidas; (iii) cumprir com as premissas de modelo financeiro; (iv) adimplir com todas as obrigações financeiras contraídas; ou (v) cumprir com seus contratos com clientes, a Companhia poderá vir a inadimplir tais contratos, levando a uma aceleração e ao vencimento antecipado de suas dívidas, o que pode inclusive levar a um descumprimento cruzado (*cross default*) e vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*) de suas dívidas. Qualquer descumprimento contratual que leve à aceleração das dívidas da Companhia (*cross default* ou *cross acceleration*) pode afetar adversamente os seus negócios e os seus resultados operacionais. Para mais informações, ver a seção 2.1.(e) deste Formulário de Referência.

Riscos relacionados à complexidade na mensuração e reconhecimento de receitas e ativos financeiros em parcerias público-privadas

4.1 Descrição dos fatores de risco

As demonstrações financeiras da Companhia refletem receitas e ativos financeiros decorrentes da parceria público-privada firmada com o poder concedente, cujo reconhecimento contábil envolve significativa complexidade técnica, especialmente quanto à alocação dos preços de transação entre as receitas de construção, operação e remuneração sobre o ativo financeiro, nos termos da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1).

A mensuração do ativo financeiro e o reconhecimento das respectivas receitas demandam julgamentos relevantes por parte da administração, como a determinação da taxa interna de retorno (TIR) do contrato de concessão, a segregação das receitas por natureza e a aplicação de taxas de desconto e reajustes contratuais. Essas estimativas estão sujeitas a revisões periódicas, incluindo reavaliações trimestrais e anuais, podendo impactar de forma relevante os resultados e a posição patrimonial da Companhia.

Alterações nos parâmetros utilizados, mudanças na interpretação contábil aplicável, ou mesmo questionamentos de auditoria ou órgãos reguladores, podem gerar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras, além de influenciar indicadores econômico-financeiros utilizados em contratos e obrigações com terceiros.

Falhas nos sistemas da Companhia, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente seus negócios.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou não serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados, que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que a Companhia utiliza.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas aos mercados, aos clientes ou a outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações nas quais a Companhia se baseou ou com as quais alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, ela poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia dos controles internos da Companhia poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, os procedimentos da Companhia de compliance e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de seus funcionários e membros de sua administração. Caso os colaboradores, administradores da Companhia ou outras pessoas a ela relacionadas se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou suas políticas internas, a Companhia poderá ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente seus negócios e sua imagem.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de contabilidade (IFRS) são emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("*IASB"). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras da Companhia sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

A Companhia pode ser afetada de forma adversa por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos em andamento.

A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos de natureza cível, ambiental e trabalhista e poderá se tornar parte em processos judiciais e administrativos no futuro, destas ou de outras naturezas. Não se pode assegurar que as ações e os processos administrativos serão resolvidos a favor da Companhia. As provisões constituídas pela Companhia (quando existentes) podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente de eventuais decisões adversas em demandas judiciais e administrativas.

Assim, caso o total ou uma parcela significativa das ações judiciais e dos processos administrativos venha a resultar em decisão desfavorável à Companhia, esta pode ter um impacto adverso relevante nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Ainda, a Companhia está sujeita a fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas e ambientais. Essas autoridades poderão autuar a

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia e tais autuações podem ser convertidas em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, os quais, caso decididos de forma desfavorável para a Companhia, poderão ter um efeito negativo.

Da mesma forma, os membros do conselho de administração, da diretoria e os acionistas da Companhia podem vir a se tornar réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária, trabalhista, entre outros. Isso poderia, eventualmente, impossibilitá-los do exercício de suas funções na Companhia e/ou impedir a Companhia de contratar com o Poder Público, o que poderia causar efeito adverso relevante em sua reputação, nos seus negócios ou nos seus resultados, direta ou indiretamente.

Por fim, além das provisões financeiras e dos custos com honorários advocatícios, a Companhia pode se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que pode vir a afetar adversamente a sua capacidade financeira. Para descrição das contingências contenciosas materiais, vide itens 4.4 e 4.6 deste Formulário de Referência.

Surtos ou potenciais surtos de doenças (e.g. pandemia, epidemia - inclusive eventual nova onda de COVID-19), assim como seus efeitos e a forma pela qual tais eventos podem impactar os negócios da Companhia são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante para a Companhia e sua capacidade de continuar operando seus negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas operações da Companhia. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como as provocadas pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS), afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Mais recentemente, a pandemia de COVID-19, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde ("OMS") desencadeou severas medidas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto da doença, resultando em ações relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos assim como fechamento prolongado de locais de trabalho.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo aquele onde a Companhia atua, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social. Diante de eventual disseminação de nova onda de COVID-19 ou de outros surtos e pandemias, essas medidas podem ser restabelecidas por um período significativo de tempo e medidas ainda mais restritivas podem vir a ser adotadas pelas autoridades a qualquer tempo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas específicas de contenção pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira. Nesse sentido, surtos de doenças ou pandemias, inclusive de COVID-19, podem (i) impactar significativamente a cadeia de fornecimento de materiais, insumos, medicamentos e/ou equipamentos de proteção individual ou as operações dos prestadores de serviços da Companhia caso suas operações venham a ser interrompidas ou suspensas ou sofrerem os efeitos de um agravamento ou uma nova onda de disseminação de tais surtos ou pandemias; (ii) afetar a capacidade dos clientes e contrapartes de cumprirem com suas obrigações com a Companhia, impactando seus fluxo de caixa e liquidez; (iii) causar contaminação da alta gerência, prejudicando a gestão da Companhia; (iv) causar contaminação de funcionários e colaboradores da Companhia, prejudicando a condução das operações da Companhia, e (v) causar impactos financeiros diversos como, por exemplo, elevar o risco de crédito com contrapartes e inadimplência de clientes.

A Companhia pode vir a tomar ações, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou que entenda ser no melhor interesse de seus funcionários, clientes e parceiros de negócios. Não há certeza de que essas medidas serão suficientes para atenuar os riscos apresentados por surtos ou potenciais surtos de doenças ou pandemias ou, de outra forma, serão satisfatórias e suficientes.

Dessa forma, a extensão em que surtos e pandemias afetarão os negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia dependerá de eventos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, entre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade e o surgimento de variantes, ações para conter o vírus ou remediar o seu impacto, incluindo o sucesso da vacinação e sua eficácia nas regiões em que a Companhia opera, e a velocidade e até que ponto as condições operacionais e econômicas usuais e o comportamento das pessoas podem persistir. Mesmo depois da diminuição do surto de COVID-19, a Companhia pode ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado de suas consequências econômicas, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego que ocorreu ou pode ocorrer no futuro. Os impactos da pandemia de COVID-19 ou outros surtos e pandemias também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados neste Formulário de Referência.

Além disso, a Companhia não pode garantir que as medidas restritivas impostas por alguns estados e municípios, bem como os impactos decorrentes da pandemia nos negócios e na atividade da Companhia, conforme descritos acima, não venham a se agravar caso o Brasil enfrente novas ondas do COVID-19.

Dessa forma, dependendo da extensão e duração de todos os efeitos descritos acima nos negócios e operações da Companhia e nos negócios e operações de seus fornecedores, seus custos podem aumentar, incluindo custos para tratar da saúde e segurança dos colaboradores e a capacidade de obter certos suprimentos ou serviços podem ser restringidos, o que poderá impactar de forma adversa as operações da Companhia. Neste particular, a eventual nova onda

4.1 Descrição dos fatores de risco

da COVID-19 ou o surgimento de outros surtos e pandemias pode vir a ter impactos significativos na cadeia de suprimentos e na rede de atendimento do setor de saúde brasileiro como um todo, com aumento de preços, escassez ou mesmo ausência de insumos, materiais e equipamentos necessários ao tratamento de pacientes acometidos pela COVID-19 ou outros surtos e pandemias.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses do Controlador podem ser conflitantes com os interesses individuais da Companhia.

A existência de um único acionista controlador, detentor de poder decisório integral, pode gerar riscos à Companhia, especialmente quando os interesses do controlador não se encontram plenamente alinhados aos da Companhia. O controlador pode, no exercício de suas prerrogativas, direcionar recursos, definir prioridades estratégicas ou tomar decisões que favoreçam seus próprios objetivos, mesmo que isso represente prejuízos à Companhia.

A dependência do controlador para decisões críticas, como captação de recursos ou a definição de diretrizes operacionais, pode afetar as condições operacionais e financeiras da Companhia no curso normal dos negócios e comprometer capacidade de atrair investimentos, especialmente em caso de divergência de interesses ou alteração de postura por parte do controlador.

c. suas controladas e coligadas

A Companhia não possui controladas e/ou coligadas.

d. seus administradores

A perda de membros da alta administração da Companhia, assim como de funcionários qualificados, e/ou a incapacidade de atrair e manter conselheiros, diretores e funcionários qualificados podem causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte de esforços e da capacidade da sua alta administração. A perda dos membros da sua alta administração, inclusive em decorrência de eventual desinvestimento futuro pelos acionistas controladores da Companhia, poderá afetar de modo adverso e relevante os negócios e os resultados operacional e financeiro da Companhia. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, inclusive aqueles que eventualmente guardem relação com seus acionistas controladores, esta poderá não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. A eventual saída de tais administradores ou profissionais-chave poderá impactar os negócios da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

e. seus fornecedores

Os fornecedores da Companhia podem aumentar o valor de seus produtos e/ou serviços, alterando a estrutura de custos atual, afetando de maneira adversa o resultado financeiro e operacional.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à dificuldade de contratação de insumos, tais como insumos alimentícios, para limpeza e higienização, enxovais etc., em condições desfavoráveis à Companhia, o que poderá impactar adversamente a sua condição financeira e os seus resultados. O preço e a disponibilidade dos insumos dependem de fatores políticos, econômicos e mercadológicos e não se pode prever quando os preços destes insumos sofrerão reajustes. Quaisquer aumentos imprevistos nos custos da Companhia, em especial se esta não conseguir repassá-los, poderá impactar negativamente o fluxo de caixa e os resultados financeiros da Companhia.

As atividades da Companhia dependem do bom relacionamento e da reputação de seus fornecedores.

O sucesso das atividades da Companhia depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial com seus fornecedores. Caso seus fornecedores rescindam ou não renovem seus contratos, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por outros critérios, a Companhia pode não ser contemplada com a renovação dos contratos existentes, por exemplo, e suas atividades e seus resultados operacionais e financeiros podem ser negativamente afetados. Além disso, se os fornecedores da Companhia deixarem de adotar práticas comerciais éticas e cumprirem as leis e regulamentos aplicáveis, como leis contra o trabalho infantil ou análogo à escravidão, e de proteção ambiental, a reputação ou patrimônio da Companhia poderão ser prejudicados devido à publicidade negativa ou a imposição de responsabilidades solidárias ou subsidiárias entre as partes. Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com seus fornecedores, em especial aqueles com produtos/serviços mais restritos, como fornecedores de semirreboques, os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

f. seus clientes

Risco de Inadimplemento por Parte do Setor Público

A empresa possui contratos de prestação de serviços com órgãos e entidades da administração pública. Embora tais contratos representem uma fonte relevante de receita, estão sujeitos a riscos de atraso ou inadimplemento nos pagamentos por parte do poder público, decorrentes de fatores como:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Restrições orçamentárias e contingenciamentos;
- Alterações na legislação orçamentária e fiscal;
- Morosidade em processos de liberação de pagamentos; e
- Eventuais mudanças políticas ou administrativas que impactem a execução contratual.

Tais situações podem afetar o fluxo de caixa da empresa e exigir medidas adicionais de gestão financeira, incluindo a necessidade de provisionamentos ou ações judiciais para cobrança. A Companhia está sujeita a impactos adversos em caso de descumprimento prolongado por parte do ente público.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

A qualidade dos serviços prestadas e demanda atendida pela Companhia pode ser impactada por fatores além do controle da Companhia.

A qualidade dos serviços prestados pela Companhia pode ser impactada por fatores além do controle da Companhia. Como exemplo, variações sazonais com relação à gravidade da gripe e outras doenças graves, como o COVID-19, fechamentos não planejados ou indisponibilidade de estabelecimentos da Companhia em razão de condições climáticas ou outros eventos imprevisíveis, incluindo greves (como a greve dos caminhoneiros ocorrida no Brasil em 2018), reduções nas tendências de oferta de serviços de alta complexidade, mudanças do cenário competitivo advindas de prestadores de serviços estrangeiros ou mudanças na tecnologia médica podem impactar a demanda pelos serviços nos hospitais administrados pela Companhia.

O impacto desses e de outros fatores além do controle da Companhia pode ter um efeito adverso em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

Mudanças nas regulamentações ou na interpretação da contraparte nas premissas adotadas no momento inicial dos contratos.

Mudanças nas regulamentações ou na interpretação da contraparte nas premissas adotadas no momento inicial dos contratos podem resultar na alteração da modelagem econômica esperada, necessidade de renegociação dos termos e condições, insegurança jurídica em relação aos termos e condições negociados, aumento do risco de litigiosidade do contrato, diminuição do retorno para o acionista, etc. A materialização desses riscos poderia:

• Prejudicar significativamente os resultados financeiros da Companhia;
• Exigir realocação de recursos para adaptação às novas condições; e
• Elevar os custos de compliance e governança corporativa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A prestação de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão de serviços não assistenciais pela Companhia insere-se em um ambiente regulado e eventuais medidas adotadas pela Administração Pública podem impactar suas atividades.

Os serviços prestados pela Companhia são amplamente regulados e supervisionados pelo Governo Federal, Estadual e Municipal. Esses órgãos têm por função regular, supervisionar e fiscalizar as parcerias público-privadas e as concessões administrativas, incluindo a prestação de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão de serviços não assistenciais objeto do Contrato de Concessão, harmonizando os interesses dos usuários com os das empresas prestadoras de serviço, preservando o interesse público.

Tais atividades são intensamente reguladas por meio de leis, decretos, medidas provisórias, portarias, resoluções, entre outros atos legislativos e regulamentares. Alterações na legislação ou na regulamentação relativas ao setor de saúde pode afetar adversamente os negócios e os resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Em vista disso, as atividades desenvolvidas pela Companhia inserem-se em ambiente altamente regulado. Tais contratos são regidos por normas de direito público, que conferem à Administração Pública a prerrogativa de: (i) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; (ii) rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados na Lei Federal n° 8.666, 21 de junho de 1993, conforme alterada, e na Lei Federal n° 8.987, 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada; (iii) fiscalizar lhes a execução; e (iv) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sob o contrato, dentre outros.

Assim, a atuação da Administração Pública, em geral, pode impactar nos serviços prestados pela Companhia. Caso, exemplificativamente, (i) exista a imposição de novas obrigações; (ii) haja a necessidade de se efetuar investimentos adicionais, não previstos originalmente, como resultado de medidas unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, ou de veiculação de novas resoluções pelo poder concedente; (iii) ocorra a redução do escopo dos contratos de serviços; ou (iv) determinadas medidas estruturadas pela Companhia não sejam efetivadas (como a eventual prorrogação antecipada, a extensão de prazo de outorgas em vigor ou a sua realização em condições não favoráveis para a Companhia); a condição econômico-financeira da Companhia e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, pois a Companhia não tem operações no exterior.

j. questões sociais

Riscos Associados a Violações de Direitos Humanos e Condutas Inadequadas

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está exposta a riscos de violações de direitos humanos e condutas inadequadas envolvendo colaboradores próprios, terceirizados, corpo clínico, pacientes, trabalhadores e fornecedores. Tais eventos podem resultar em:

- Ações judiciais, multas ou sanções por órgãos reguladores (Ministério Público do Trabalho, ANS, etc.);
- Perda de contratos com operadoras de saúde ou entidades públicas;
- Danos reputacionais irreversíveis, com impacto na captação de pacientes e profissionais qualificados; e
- Exclusão de índices ESG e restrição de acesso a linhas de crédito sustentáveis.

A materialização desses riscos poderá afetar materialmente os resultados financeiros, a operacionalidade e a percepção do mercado sobre a Companhia.

k. questões ambientais

A escassez de recursos naturais pode afetar as operações da Companhia.

A escassez de recursos como água e energia, incluindo em decorrência de alterações climáticas associadas ao aquecimento global e da atuação do homem sobre o meio ambiente, pode impactar as operações da Companhia, que dependem amplamente de tais recursos, particularmente de água. A imprevisibilidade dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano impactam as estimativas de consumo de tais recursos. Adicionalmente, assim como ocorre para o mercado em geral, as cadeias produtivas das indústrias de energia e de recursos hídricos, incluindo as geradoras, distribuidoras e comercializadoras de energia e as distribuidoras de água, também estão sujeitas a esses e outros fatores, como, por exemplo, insolvência, falência e liquidação, o que pode aumentar a exposição da Companhia a riscos de contrapartes. Caso qualquer desses fatores ocorra, a operação do hospital da Companhia pode ser materialmente impactada.

O não cumprimento da legislação e regulamentação ambiental pode afetar adversamente os negócios da Companhia, podendo resultar na obrigação de reparação de danos ambientais, na imposição de sanções administrativas e penais e/ou em danos reputacionais.

As atividades da Companhia estão sujeitas a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à conservação e proteção do meio ambiente. Dentre outras obrigações, a Companhia deve obter licenças ambientais e/ou dispensas formais de licenciamento para algumas de suas atividades, bem como deve observar normas relacionadas a padrões para o descarte de efluentes, controle de odores, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, utilização de produtos químicos controlados, exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas, uso de água e gerenciamento ambiental de áreas contaminadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O descumprimento da legislação e/ou da regulamentação ambiental poderá sujeitar a Companhia a sanções administrativas e penais (tanto a Companhia quanto seus administradores), além da obrigação de reparação dos danos ambientais na esfera cível. A ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isentas, necessariamente, o agente de responsabilidade nas demais. Caso a Companhia cause ou de outra forma seja considerada responsável por algum dano ambiental, conforme descrito acima, a Companhia poderá sofrer efeito adverso relacionado à imagem e reputação da Companhia, assim como sua disponibilidade de caixa e seus resultados operacionais.

Além disso, caso a legislação ambiental se torne mais rigorosa no Brasil, a Companhia poderá despender gastos não previstos para adequar-se às regras impostas, o que poderá afetar sua disponibilidade de recursos, resultando, consequentemente, em um impacto adverso no resultado financeiro da Companhia.

O gerenciamento inadequado dos efluentes e resíduos sólidos gerados e eventuais acidentes relacionados a efluentes e descarte de resíduos não infectantes podem afetar adversamente as atividades da Companhia, sua imagem e reputação, além de cominar em multas e indenizações significativas

No exercício de suas atividades, o OZN é responsável pelo gerenciamento dos resíduos não infectantes e efluentes do Hospital Delphina Aziz, que necessitam de tratamento e descarte adequados. O descarte de materiais que possuam identificação e informações sigilosas dos pacientes e de eletroeletrônicos também demandam atenção especial. A Companhia pode sofrer multas e sanções na esfera administrativa, por conta do descumprimento da legislação ambiental relacionada ao descarte de resíduos e gerenciamento de efluentes. Além disso, o descarte não adequado desses resíduos e falha no gerenciamento de efluentes pode resultar em consequências para a Companhia, seus administradores ou prepostos também na esfera penal, caso resulte em um eventual acidente que venha a causar contaminação do meio ambiente e afete o bem-estar da população, sem prejuízo da responsabilidade pela reparação do dano causado na esfera cível e do comprometimento de sua imagem e reputação.

A Companhia está sujeita ao gerenciamento de seus resíduos sólidos, nos termos da Lei Federal n.º 12.305 de 2 de agosto de 2010 ("Política Nacional de Resíduos Sólidos"), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, assim como pela Resolução da Diretoria Colegiada ("RDC") nº 222, de 28 de março de 2018, que regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde.

Tendo em vista que os resíduos sólidos gerados poderão, em função de sua natureza, gerar impactos à atmosfera, solo, água subterrânea e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final, a Companhia é responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos ou disposição final de rejeitos de forma ambientalmente adequada, podendo

4.1 Descrição dos fatores de risco

também ser obrigada a reparar qualquer sorte de danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

Ademais, a contratação de terceiros para serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta a Companhia da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos ou rejeitos.

Penalidades podem ser aplicadas se a Companhia deixar de cumprir as condições exigidas pela legislação ambiental em relação ao gerenciamento adequado de resíduos sólidos e tratamento de efluentes, o que pode afetar adversamente as suas operações, resultados financeiros, imagem e reputação.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Riscos físicos relacionados às mudanças climáticas

Eventos climáticos agudos, como tempestades severas com riscos de alagamentos e inundações em unidades hospitalares, danos a equipamentos críticos por quedas de energia, interrupção de vias de acesso para pacientes e equipes e vendavais que possam comprometer a infraestrutura física das unidades ou então eventos crônicos, como ondas de calor prolongadas que aumentam a demanda por atendimentos emergenciais, sobrecarregam sistemas de climatização, elevam custos operacionais com energia, e mudanças nos padrões de doenças infecciosas relacionadas ao clima, podem ocasionar em impactos potenciais para a Companhia como:

- Colapso temporário de unidades hospitalares durante eventos críticos;
- Perda de receita por interrupção prolongada de atividades;
- Exposição a ações judiciais por falhas no atendimento de emergência; e
- Degradação permanente da reputação como provedor de saúde resiliente.

A materialização desses riscos poderá comprometer a viabilidade operacional e financeira da Companhia, com efeitos adversos significativos em sua capacidade de cumprir obrigações contratuais e manter padrões de atendimento.

Preocupações crescentes com as mudanças climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Preocupações crescentes por parte dos governos com relação a mudanças climáticas podem resultar na imposição de regulamentações ambientais mais restritivas e consequentemente, na imposição de custos associados ao controle de emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE").

4.1 Descrição dos fatores de risco

Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotaram ou estão considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Novas regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Essa situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O governo brasileiro exerceu e continua exercendo influência significativa na economia brasileira, o que pode afetar adversamente as atividades e o desempenho financeiro em geral da Companhia.

O Governo Federal brasileiro frequentemente exerce influência significativa na economia brasileira, alterando ocasionalmente políticas e normas de forma significativa. As medidas do Governo Federal brasileiro para controlar a inflação e implementar suas políticas e normas incluíram frequentemente, entre outros, aumentos da taxa de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preços, controles cambiais, desvalorizações cambiais, controles de capital e limitações a importações. A Companhia não tem controle e não pode prever as medidas e políticas que o Governo Federal brasileiro pode adotar no futuro. A Companhia, seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e o valor de mercado de seus valores mobiliários de sua emissão podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas e normas brasileiras e por fatores econômicos gerais, incluindo:

• expansão ou contratação da economia brasileira;
• taxas de juros e políticas monetárias;
• ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
• taxas de câmbio e variações cambiais;
• inflação;
• liquidez dos mercados financeiro, de capitais e creditício brasileiros;
• controles de importações e exportações;
• controles cambiais e restrições a remessas ao exterior;
• alterações de leis e regulamentos de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos;
• políticas fiscais e alterações na legislação tributária;
• instabilidade econômica, política e social;
• reduções de salários e níveis econômicos;
• aumentos das taxas de desemprego;
• greves e normas trabalhistas;
• greves em portos, alfândegas, aeroportos e autoridades fiscais;
• alterações de normas pertinentes ao setor de transporte;
• escassez ou racionamento de energia e água;
• instabilidade de preços; e
• outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no ou que afetem o Brasil.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Incertezas com relação à implementação pelo Governo Federal brasileiro de mudanças em políticas e normas que afetem esses ou outros fatores no futuro podem impactar o desempenho econômico, contribuir para incertezas econômicas no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro e dos valores mobiliários de emissores brasileiros. A Companhia não pode prever as medidas que o Governo Federal brasileiro tomará em resposta a situações macroeconômicas ou outras. Qualquer desses fatores pode afetar adversamente as atividades, situação financeira, resultados operacionais e o preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente os negócios da Companhia, resultados de suas operações e o preço de negociação de seus valores mobiliários.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado, as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

Nos últimos anos, os mercados brasileiros sofreram um aumento da volatilidade devido às incertezas relativas aos escândalos de corrupção, os quais foram e continuam (conforme o caso) sendo investigados pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, as Operações Lava Jato, Zelotes, Greenfield, entre outras, e ao impacto de tais escândalos sobre a economia e o ambiente político do país.

O cenário político e empresarial brasileiro tem sido marcado por investigações robustas que culminaram na prisão, processamento e investigação de alguns membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo e Executivo, bem como executivos de grandes empresas, tanto públicas quanto privadas., O cerne dessas investigações reside na prática de corrupção, frequentemente envolvendo o pagamento de propina e outras atividades ilícitas correlatas, como lavagem de dinheiro, organização criminosa e fraude em licitações.

Um elemento particularmente pernicioso desses esquemas é a alegação de que os valores destas propinas supostamente financiaram irregularmente campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como consequência direta da exposição e do avanço dessas investigações, um número significativo de políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, foram compelidos a renunciar a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações. Essas alegações abrangem um espectro de irregularidades que vão além da corrupção stricto sensu, incluindo tráfico de influência, conflito de interesses, prevaricação e outras formas de desvio de conduta que minam a integridade da administração pública e do ambiente empresarial.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O resultado das investigações em curso é incerto e, além de abalar a confiança do mercado nas instituições políticas e empresariais, impacta negativamente na imagem e reputação das empresas envolvidas, assim como na economia e política brasileira. A Companhia não é capaz de prever os resultados das investigações e desdobramentos de tais investigações, bem como os seus impactos sobre a economia brasileira, sobre o mercado acionário brasileiro e/ou sobre os negócios da Companhia.

Habitualmente eleições presidenciais, de governadores, deputados federais e senadores, conforme ocorreu em outubro de 2022, resultam em significativa volatilidade nas taxas de câmbio, taxas de juros e preços de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Incertezas com relação a medidas que venham a ser adotadas no futuro pelo Governo Federal brasileiro podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco do Brasil e podem ter um efeito significativo e adverso nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal Brasileiro tem o poder de determinar políticas e orientar a condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro de empresas, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever as políticas que serão adotadas pelo Governo Federal brasileiro, tampouco os respectivos impactos na economia brasileira e na Companhia.

Adicionalmente, impasses entre o Governo Federal brasileiro e o Congresso Nacional podem gerar incertezas com relação à implementação, pelo Governo Federal brasileiro, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, incluindo a legislação aplicável, o que pode contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro.

Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar de forma adversa os negócios e os valores mobiliários de emissão da Companhia. Ademais, a Companhia não é capaz de garantir que outros eventos políticos não resultarão em maior instabilidade na economia brasileira, no mercado de capitais e na cotação no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A inflação e determinadas medidas do Governo Federal para combatê-la historicamente afetaram de forma adversa a economia brasileira. Altos níveis de inflação no futuro podem afetar adversamente a Companhia.

No passado, o Brasil experimentou taxas de inflação extremamente elevadas. A inflação e determinadas medidas do Governo Federal brasileiro buscando combatê-la impactaram material e negativamente a economia brasileira em geral. A inflação, as políticas adotadas para combatê-la e incertezas com relação a uma possível intervenção governamental no futuro contribuíram para um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado de capitais brasileiro.

4.1 Descrição dos fatores de risco

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), os índices acumulados de inflação no Brasil foram de 4,26%, 4,8% e 4,6% em 2025, 2024 e 2023 respectivamente.

O Brasil pode experimentar altos níveis de inflação no futuro, o que pode levar o Governo Federal brasileiro, em resposta a pressões inflacionárias, a intervir na economia e introduzir políticas que podem afetar adversamente a economia brasileira, o mercado de capitais brasileiro e os negócios da Companhia.

No passado, as intervenções do Governo Federal brasileiro incluíram a manutenção de uma política monetária restritiva, com altas taxas de juros que restringiram a disponibilidade de crédito e reduziram o crescimento econômico, resultando em volatilidade das taxas de juros. Como exemplo, a meta da taxa básica de juros no Brasil variou de 7,25%, em 2012, para 2,00%, em 2020, que, por sua vez, alcançou a taxa de 12,25% em 2024 e 15,00% em 2025, de acordo com o Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil ("COPOM").

Por outro lado, políticas e reduções da taxa de juros mais brandas pelo Governo Federal brasileiro e Banco Central do Brasil causaram e podem continuar causando aumentos na inflação e, consequentemente, aumento da volatilidade e necessidade de aumentos repentinos e materiais na taxa de juros, o que pode afetar negativamente os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Caso o Brasil experimente inflações ou deflações substanciais no futuro, a Companhia e sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras podem ser adversamente afetadas. Tais pressões também podem afetar a capacidade da Companhia de acessar mercados financeiros internacionais e resultar em políticas que podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os preços que cobra de seus clientes com o fim de compensar os impactos da inflação em seus custos e despesas, resultando em aumento de seus custos e despesas e redução de sua margem operacional líquida.

O aumento das taxas de juros pode estimular cancelamentos ou resgates de apólices de seguros e planos de previdência à medida que seus detentores busquem outros investimentos com taxas de retorno mais atrativas. Esse processo pode resultar em reduções do caixa, forçando a Companhia a vender ativos investidos quando seus respectivos preços estiverem adversamente afetados pelo aumento das taxas de juros do mercado, o que pode resultar em prejuízos para os investimentos. Por outro lado, se as taxas de juros diminuírem, o lucro resultante de investimentos pode também ser reduzido. Adicionalmente, na medida em que os instrumentos financeiros das carteiras de investimentos vencerem, a Companhia poderá ter que reinvestir os recursos recebidos em investimentos com taxas de juros menores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de venderem valores mobiliários de emissão da Companhia ao preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as Debêntures de emissão da Companhia, frequentemente envolve maior risco que o investimento em valores mobiliários de emissores em outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, incluindo: mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e restrições a investimento estrangeiro e a repatriação do capital investido.

O mercado de capitais brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários do mundo, como Estados Unidos ou Europa. A Companhia não pode garantir que haverá um mercado líquido, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender os valores mobiliários de sua emissão pelo preço e no momento desejados.

Adicionalmente, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ou seu eventual sucessor pode ser regulada de forma diferente da qual os investidores estão familiarizados, o que pode limitar a capacidade de seus investidores de venderem seus ativos ao preço e momento desejados. Além disso, o preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais além do controle da Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Abaixo estão indicados aqueles que a Companhia considera os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no item 4.1 acima:

1) A prestação de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão de serviços não assistenciais pela Companhia insere-se em um ambiente regulado e eventuais medidas adotadas pela Administração Pública podem impactar suas atividades.

2) A Companhia poderá ser material e adversamente afetada por falhas nos seus processos de governança, gestão de riscos e compliance, bem como por violações à Lei Anticorrupção.

3) A Companhia pode não ser capaz de cumprir os termos de seu Contrato de Concessão, tanto com o poder público quanto com os clientes privados, o que pode acarretar o pagamento de multas, bem como outras penalidades e, a depender da gravidade do descumprimento, na perda de suas respectivas concessões, subconcessões e autorizações. Eventuais multas ou a perda do direito de exploração podem afetar os negócios da Companhia e seus resultados de maneira adversa relevante.

4) A Companhia pode ser prejudicada pelo mau funcionamento ou interrupção de sistemas de tecnologia da informação ou maquinário automatizado, bem como por riscos associados a incidentes de segurança cibernética que podem resultar em acesso indevido a informações confidenciais ou sensíveis.

5) Riscos físicos relacionados às mudanças climáticas.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (i) risco de capital; (ii) risco de mercado; (iii) risco de liquidez; e (iv) risco de crédito.

(i) Risco de capital

Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades

A Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, com base em sua posição atual, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira da Companhia nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de		
	2025	**2024**	**2023**
Dívida Líquida Ajustada[(1)]	**341.015**	**395.977**	**83.402**
Patrimônio Líquido	331.735	329.855	409.085
Dívida Líquida Ajustada / Patrimônio líquido	**102,8%**	**120,0%**	**20,4%**

(1) A Dívida Líquida Ajustada refere-se ao saldo da dívida bruta menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (circulante e não circulante) e "operações de *confirming*". A Dívida Líquida Ajustada não é uma medida contábil de desempenho, endividamento ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas normas internacionais IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras Companhias podem calcular a Dívida Líquida Ajustada de maneira distinta da Companhia. Para reconciliação veja a seção 2.5 deste Formulário de referência.

(ii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Exposição ao risco de taxas de juros

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDB's, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, e fundos de investimentos.

Adicionalmente, o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, consequentemente, na remuneração destes ativos.

Passivos

A Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de debêntures emitidas.

Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

	31/12/2025	31/12/2024
Exposição a taxas de juros pré-fixadas		
Ativos		
Ativo financeiro	492.218	476.491
Passivos		
Empréstimos e Financiamento	-	-
Exposição líquida às taxas de juros pré-fixadas	**492.218**	**476.491**
Exposição às taxas de juros pós-fixadas		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicação em CDB	63.417	13.233
Aplicações financeiras	-	3.710
Mútuo – partes relacionadas	132.705	200.000
Passivos		
Empréstimos e Financiamento	-	-
Debêntures	(404.498)	(412.961)
Exposição líquida às taxas de juros pós-fixada	**(208.376)**	**(196.018)**
Exposição líquida total a taxas de juros	**283.842**	**280.473**

Para reconciliação do saldo dos empréstimos e financiamentos, vide seção 2.1(f) deste formulário de Referência..

Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise, os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Cenário atual: refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2025;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 31 de dezembro de 2025, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP.

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

		31/12/2025	Exercício até 31 de dezembro de 2026				
Indexadores	**Risco**	**Cenário Atual**	**Cenário Base**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
CDI	Variação CDI	14,90%	14,90%	7,45%	11,18%	18,63%	22,35%

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		**31/12/2025**	**Exercício até 31 de dezembro de 2026**				
Operação	**Risco**	**Cenário Atual**	**Cenário Base**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação CDI	63.417	72.866	68.142	70.504	75.228	77.591
Mútuo	CDI	132.706	152.479	142.593	147.536	157.422	162.366
		196.123	**225.345**	**210.734**	**218.040**	**232.651**	**239.956**
Efeito de ganho (perda)			**29.222**	**(14.611)**	**(7.306)**	**7.306**	**14.611**

Passivos financeiros		**31/12/2025**	**Exercício até 31 de dezembro de 2026**				
Operação	**Risco**	**Cenário Atual**	**Cenário Base**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Debênture	Variação CDI	404.498	464.768	434.633	449.701	479.836	494.903
		404.498	**464.768**	**434.633**	**449.701**	**479.836**	**494.903**
Efeito de ganho (perda)			(60.270)	**30.135**	**15.068**	**(15.068)**	**(30.135)**
Efeito de ganho (perda), líquido			**(31.048)**	**15.524**	**7.762**	**(7.762)**	**(15.524)**

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros. A remuneração do ativo financeiro é pré-fixada a taxa de 6,39% ao ano.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

Esse risco pode ser agravado por fatores como aumento de custos, atrasos nos repasses do poder concedente, variações nas condições de mercado ou mudanças na estrutura do ciclo operacional, podendo afetar adversamente a capacidade da Companhia de honrar seus compromissos financeiros.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento considerando o cumprimento de cláusulas restritivas no final do exercício:

	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a incorrer	Valor contábil em 31/12/2025
Debêntures	110.745	99.698	389.247	599.690	(195.192)	404.498
Fornecedores, incluindo confirming	20.659	-	-	20.659	-	20.659
Passivos financeiros	131.404	99.698	389.247	620.349	(195.192)	425.157

(iv) Risco de crédito

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

Contas a receber

Refere-se às contas a receber junto à Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – SES-AM decorrentes da contraprestação mensal de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais referentes à operação do complexo hospitalar Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013.

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte

	Em 31 de dezembro de 2025
Caixa e equivalentes de caixa	63.483
Contas a receber	38.418
Total	**101.901**

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Em 31 de março de 2026, a Companhia era parte em processos judiciais e administrativos. O montante total de processos judiciais com probabilidade de perda classificada como provável, era de R$ 105 mil.

Em relação aos processos relevantes, foram considerados aqueles que, individualmente, possuem potencial capacidade de influenciar na decisão de investimento e/ou possam impactar significativamente à Companhia.

A seguir, está descrito o processo individualmente relevante no qual a Companhia é parte:

Processo nº 10283-720.322/2024-89	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Delegacia da Receita Federal
c. data de instauração	29/01/2024
d. Partes no processo	Autora: Receita Federal Réu: OZN Health SPE S.A
e. valores, bens ou diretos envolvidos	Valor da Causa: R$28.153.764,34 (valor histórico) Atualizado: R$ 34.266.910,95 (03/2026)
f. principais fatos	Trata-se de processo administrativo decorrente de auto de infração lavrado para exigência de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") relativo ano ano-calendário de 2020, cumulados com multa de ofício e juros de mora.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 05/02/2024, o OZN foi cientificado acerca do auto de infração; Em 04/03/2024 o OZN apresentou Impugnação ao auto de infração; Em 20/12/2024, encaminhado à DRJ de Curitiba para julgamento. Em 18/09/2025, a DRJ julgou a Impugnação procedente, cancelando o auto de infração. Em razão do valor envolvido, os autos serão remetidos ao CARF para fins do julgamento do Recurso de Ofício. Em 14/11/2025, inclusão de recurso. Em 08/01/2026, aguardando distribuição/sorteio
h. estágio do processo	Aguarda-se a distribuição/sorteio.
i. se a chance de perda é: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo relevante pelo valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro, incluindo multas e juros.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

O prognóstico do processo descrito no item 4.4, em 31 de dezembro de 2025, era “remoto”. Sendo assim não há valor provisionado para a contingência acima.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Não existem processos sigilosos relevantes em que a Companhia seja parte e que não tenha sido divulgado no item 4.4 acima.

4.7 Outras contingências relevantes

Não se aplica, todas as contingências relevantes foram divulgadas nos itens acima.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;

Em 2025, foi elaborada a Política de Gestão de Riscos Corporativos, aplicável à Opy Health e às suas subsidiárias, incluindo o OZN. A Política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Opy Health em 10 de dezembro de 2025 e encontra-se disponível no site institucional da Opy, em: https://opyhealth.com.br/investidores/.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gestão de Riscos Corporativos tem por objetivo estabelecer normas e orientações para identificar, avaliar, tratar e reportar riscos que possam afetar a perenidade, o retorno do investimento e a execução do planejamento estratégico, com base no framework "*Enterprise Risk Management*" publicado pelo *Committee of Sponsoring Organizations* ("COSO") em 2017.

Com o objetivo de assegurar gestão integrada da análise de riscos, a Política de Gestão de Riscos Corporativos estabelece a classificação dos riscos corporativos, a qual deverá ser observada nos processos de identificação, reporte e mitigação, conforme abaixo indicado ("Riscos Corporativos"):

- **Estratégicos** – Riscos relacionados às decisões e diretrizes estratégicas, ao posicionamento competitivo, ao ambiente de mercado e aos fatores externos que podem afetar o cumprimento dos objetivos de longo prazo.
- **ESG** – Riscos associados a aspectos ambientais, sociais e de governança, incluindo sustentabilidade, impactos socioambientais e governança corporativa.
- **Financeiros** – Riscos decorrentes de exposição financeira, liquidez, variações de mercado, crédito, orçamento e demais fatores que possam afetar o desempenho econômico das empresas do Grupo Opy.
- **Integridade** – Riscos reputacionais ligados à conformidade, ética, conduta, anticorrupção, fraudes e cumprimento de leis, normas e princípios de integridade corporativa.
- **Operacionais** – Riscos provenientes de falhas, interrupções, ineficiências, incidentes ou desvios nos processos, atividades e serviços, no âmbito das operações das empresas do Grupo Opy.
- **Recursos Humanos** – Riscos relacionados à gestão de pessoas, engajamento, sucessão, desempenho, retenção, clima, saúde e segurança ocupacional.
- **Regulatórios** – Riscos associados a mudanças legislativas, regulatórias ou normativas, bem como ao cumprimento de contratos de concessão e de requisitos de autoridades competentes; e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Tecnologia** – Riscos advindos de sistemas, infraestrutura tecnológica, segurança da informação, cibersegurança, indisponibilidade de serviços, falhas de TI ou ataques cibernéticos.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia busca proteção contra os referidos riscos valendo-se de processo estruturado de identificação, avaliação, definição e aprovação de apetite de risco pelo Conselho de Administração da Opy Health, e elaboração e monitoramento de planos de ação pelos gestores designados pela Opy Health.

Os Riscos Corporativos são avaliados com base em sua probabilidade de ocorrência e impacto potencial caso o risco seja materializado, seja em cenário inerente ou residual. As respectivas métricas são atualizadas anualmente pela Área de Integridade, com apoio da Diretoria Executiva, e submetidas ao Comitê de Auditoria, Riscos, Regulatório para avaliação, sendo eventuais alterações igualmente submetidas para avaliação do referido comitê.

Cabe à Área de Integridade, por meio de sua célula de Controles Internos, a responsabilidade por assegurar a aplicação do método de avaliação para todos os riscos.

Para fins de definição do tratamento adequado, os Riscos Corporativos são classificados nos seguintes níveis:

- **Críticos**: acima do apetite a riscos e demandam adoção imediata de ações.
- **Altos**: apesar de estarem dentro do apetite, estão próximos de ultrapassá-lo. Demandam ações.
- **Médios**: estão gerenciados e precisam ser monitorados periodicamente; e
- **Baixos**: estão gerenciados e precisam ser monitorados com menor recorrência. Podem existir oportunidades de eficiência nas ações de tratamento.

Os Riscos Corporativos que excedam o apetite ao risco, conforme formalizado na respectiva declaração de apetite de risco, deverão necessariamente contar com medidas de tratamento destinadas a reduzir sua probabilidade de ocorrência, seu impacto e/ou magnitude, bem como ser acompanhados de perto pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Regulatório e pelo Conselho de Administração. Na ausência de ações adequadas, deverá ser estruturado plano de ação específico pelo responsável pelo risco, com o apoio da Área de Integridade.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Em relação ao gerenciamento de riscos, a Opy Health, controladora da Companhia, mantém uma estrutura organizacional formalizada para o gerenciamento de riscos, aplicável a todos os níveis e a todas as empresas que compõem o Grupo Opy. Essa estrutura estabelece regras, objetivos e responsabilidades específicas voltadas à mitigação e ao controle dos principais fatores de risco de todo Grupo Opy, abrangendo:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Conselho de Administração, que tem como responsabilidades: (i) deliberar sobre as diretrizes gerais para gestão de riscos, bem como avaliar periodicamente os indicadores da exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos; (ii) Aprovar os níveis de apetite a risco e as suas respectivas declarações; (iii) monitorar e aprovar a revisão dos mapas de Riscos Corporativos; (iv) aprovar as respostas aos Riscos Corporativos; e (iv) aprovar a Política de Gestão de Riscos Corporativos e suas alterações.

- Comitê de Auditoria, Riscos, Regulatório, que tem como responsabilidades: (i) assessorar o Conselho de Administração no desempenho de sua atuação no tocante à gestão de riscos; (ii) supervisionar a adequação dos processos relativos à gestão de riscos, incluindo, mas não limitado aos mapas, planos de ação e métricas de avaliação; (iii) avaliar a integração adequada dos aspectos relativos à gestão de riscos com as funções de controles internos e auditoria interna; (iv) recomendar revisões nos princípios e instrumentos de gestão de riscos, visando a melhoria contínua do processo; e (v) avaliar e sugerir, quando necessário, alterações na estratégia de gestão de riscos para posterior aprovação do Conselho de Administração.

- Diretoria, que possui as seguintes atribuições: (i) promover o alinhamento da gestão de riscos com os objetivos estratégicos da empresa; (ii) monitorar a operacionalização dos processos de gestão de riscos, buscando sua efetividade; (iii) disseminar e fortalecer a cultura de gestão de riscos em toda a organização, incentivando a participação de todos os níveis hierárquicos; (iv) utilizar as informações provenientes da gestão de riscos para tomar decisões mais informadas e seguras; (v) manter comunicação transparente com acionistas, clientes, fornecedores e outros stakeholders sobre os riscos e as medidas adotadas para mitigá-los; e (vi) assegurar que a Área de Integridade, responsável pela gestão de Riscos Corporativos, disponha de recursos humanos, tecnológicos, processuais e de estrutura organizacional necessários para o cumprimento dos seus objetivos.

- Área de Integridade da Opy Health que, por meio de sua célula de Controles Internos, é responsável por revisar anualmente a matriz de riscos e apoiar as áreas da Companhia na identificação, avaliação e tratamento dos riscos. Além disso, realiza periodicamente o reporte consolidado sobre o tema para os órgãos de governança, especialmente o Comitê de Auditoria, Riscos e Regulatório, que, por sua vez, reporta, anualmente, os mapas de riscos ao Conselho de Administração da Opy Health. Adicionalmente, possui as seguintes responsabilidades: (i) desenvolver e auxiliar na implementação das políticas, metodologias e ferramentas para o gerenciamento dos riscos, bem como promover a comunicação integrada e disseminar a cultura de gestão de riscos; (ii) definir metodologias, padrões técnicos, tecnológicos e de gestão mínimos, bem como indicadores de riscos; (iii) monitorar o status dos planos de ação desenhados para tratamento dos riscos; (iv) apoiar os Donos (as) do Risco e demais colaboradores no processo de gestão de riscos; e (v) monitorar a aderência às diretrizes definidas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

"Donos do Risco" identificados como os colaboradores responsáveis por cada Risco Corporativo, conforme aplicável, devem: (i) gerenciar diretamente os riscos, identificando, avaliando, tratando, prevenindo e monitorando-os de forma integrada; (ii) gerenciar os aspectos de tratamento dos riscos sob sua responsabilidade, zelando pela eficácia e tempestividade da realização, pela segurança do processo em conformidade com regulamentações externas, políticas e normas internas, monitorando indicadores, quando aplicável; (iii) monitorar os planos de ação e assegurar sua efetiva e tempestiva implantação; e (iv) comunicar à Área de Integridade qualquer novo risco identificado ou alteração na criticidade dos riscos existentes.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura operacional e de controles internos da Opy Health, aplicável à Opy Delphina, permite o monitoramento e avaliação periódica dos riscos relacionados aos negócios e os impactos possíveis nas operações ou nas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração entende que a estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos Corporativos, observadas as limitações inerentes a qualquer sistema de controles internos.

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No curso da auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os auditores independentes consideraram os controles internos relevantes para fins de planejamento e execução dos procedimentos de auditoria, não tendo tal trabalho por objetivo a emissão de opinião sobre a efetividade desses controles.

Conforme relatório de recomendações (carta de controles internos) emitido pelos auditores independentes, não foram identificadas deficiências significativas. Foram apontadas oportunidades de aprimoramento relacionadas à formalização dos procedimentos de revisão e aprovação de lançamentos contábeis manuais e ao mapeamento de diferenças temporárias para fins de apuração de tributos diferidos, sem impacto material sobre as demonstrações financeiras do período.

A Administração avaliou as recomendações e informa que adotou, ou se encontra em processo de adoção, medidas voltadas ao fortalecimento dos controles internos, incluindo a padronização de procedimentos e o aprimoramento dos processos contábeis e tributários, conforme aplicável.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

5.2 Descrição dos controles internos

A Administração monitora continuamente a adequação dos controles internos da Companhia, com foco no suporte à elaboração das demonstrações financeiras e à eficiência operacional.

Em linha com as recomendações dos auditores independentes, a Companhia adotou, ou se encontra em processo de adoção, medidas voltadas ao fortalecimento desses controles, incluindo o estabelecimento de procedimentos de revisão e aprovação de lançamentos contábeis manuais e o aprimoramento dos processos de apuração de tributos correntes e diferidos.

A Administração entende que tais medidas contribuem para o aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos, sem prejuízo da adequada apresentação das demonstrações financeiras.

5.3 Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia, por meio de sua controladora Opy Health, possui mecanismos e procedimentos internos de compliance voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, os quais se encontram descritos no Código de Ética e Conduta da Opy Health, aplicado ao Grupo Opy, incluindo a Companhia, cuja última atualização foi realizada em novembro de 2022 ("Código de Ética e Conduta").

Além disso, possui uma Política Anticorrupção, cuja última revisão foi realizada e aprovada pela Diretoria Executiva em dezembro de 2025, com o objetivo de adequar o seu conteúdo à realidade atual dos negócios e aprimorar os controles internos referentes ao relacionamento com agentes públicos ("Política Anticorrupção"). A revisão atualizou diretrizes de prevenção, detecção e resposta a riscos de integridade e os mecanismos de governança aplicáveis.

A Companhia também é comprometida em atuar em conformidade com todas as leis, padrões e regulamentações aplicáveis ao seu negócio, conforme orientações previstas no Código de Ética e Conduta e na Política Anticorrupção.

Caso seja identificado qualquer indício de oferecimento, pagamento e/ou recebimento de vantagem indevida ou qualquer outra violação à Política Anticorrupção, este deverá ser reportado imediatamente à Área de Integridade da controladora Opy Health, seja por contato direto ou por meio do Canal de Integridade do Grupo Opy. O Grupo Opy possui política de tolerância zero para este tipo de prática, podendo resultar em demissão dos envolvidos, conforme apuração interna e constatação do ilícito, observados os procedimentos legais aplicáveis.

A Companhia, por meio de sua controladora Opy Health, possui um processo de reavaliação anual desse compêndio, realizando eventuais revisões, se necessário, de forma a manter sua aderência às práticas de mercado aplicáveis.

O Código de Ética e Conduta, a Política Anticorrupção e as informações do Canal de Integridade podem ser consultadas no endereço eletrônico da controladora Opy Health, aplicável a todo Grupo Opy (https://opyhealth.com.br/opy-health/etica-e-integridade-pt/).

5.3 Programa de integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Área de Integridade da Opy Health, cuja atuação engloba o Grupo Opy, é a área da Companhia responsável diretamente pela supervisão, monitoramento e funcionamento e pela eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. O Departamento se reporta ao Comitê de Auditoria, Riscos e Regulatório da Opy Health e tem acesso direto a este órgão, se necessário, garantindo a independência de seus dirigentes.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui Código de Ética e Conduta, cujo objetivo é promover a integridade nas atividades e negócios da Companhia. O documento foi aprovado pelo Conselho de Administração da Opy Health, controladora do OZN, em 12 de maio de 2021, podendo ser consultado no seguinte link: https://www.contatoseguro.com.br/pt/opy. O documento está sujeito a monitoramento contínuo e será periodicamente atualizado conforme entenda-se necessário para a efetividade do Programa de Integridade da Opy Health.

O Código de Ética e Conduta é aplicável a todos os colaboradores, diretores, conselheiros e membros de comitês do Grupo Opy, abrangendo também fornecedores e parceiros.

Na hipótese de descumprimento deste Código, a Opy Health adota ações corretivas e disciplinares compatíveis com a natureza e a gravidade da infração, no âmbito de

5.3 Programa de integridade

seu Programa de Integridade. Tais medidas podem incluir advertência, suspensão ou demissão, com ou sem justa causa.

No caso específico de violações relacionadas a fraude, corrupção, assédio moral, assédio sexual ou discriminação, a Opy Health adota política de tolerância zero, sendo aplicada a demissão dos envolvidos sempre que comprovada a conduta, observado o devido processo interno de apuração. Para as demais infrações, as medidas disciplinares são definidas caso a caso, em conformidade com a legislação aplicável.

Ademais, qualquer ação corretiva ou disciplinar que venha a ser aplicada pela Opy Health no âmbito de suas normas de conduta não isentará o colaborador, terceiro, conselheiro, membro de comitês ou diretor de eventuais sanções administrativas, civis e/ou criminais que possam decorrer de eventual violação legal.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia, por meio de sua controladora Opy Health, possui um canal de denúncias externo ("Canal ou "Canal de Integridade"), operado por empresa especializada e independente. O Canal está disponível de forma gratuita, 24 horas por dia e sete dias por semana.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal está aberto a todos os colaboradores, clientes, fornecedores, conselheiros, membros de comitês, diretores ou quaisquer outros terceiros que desejarem realizar manifestações sobre violações ou suspeitas de violações às regras previstas no Código de Ética e Conduta ou Políticas internas.

Os relatos podem ser feitos via telefone 0800 881 9235, pelo site https://www.contatoseguro.com.br/pt/opy ou pelo Aplicativo da Contato Seguro, disponível para download para iOS e Android.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O Canal de Integridade é gerido e operado por uma empresa especializada, garantido o anonimato. Ainda, a Opy Health assumiu o compromisso formal, por meio de seu Código de Ética e Conduta, de não retaliação aos denunciantes de boa-fé.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

5.3 Programa de integridade

A Área de Integridade da Opy Health é responsável por apurar as denúncias relativas à Opy Health e suas subsidiárias, bem como recomendar as medidas a serem tomadas, com reporte recorrente dos desdobramentos ao Comitê de Auditoria, Riscos e Regulatórios da Opy Health.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve, durante os últimos 3 (três) exercícios sociais, casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos práticos contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, tampouco na Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho de Administração da Opy Health em dezembro de 2025, que tem por objetivo de estabelecer as normas e orientações para identificar, avaliar, tratar e reportar riscos. A matriz de riscos permanece válida e consistente com o cenário operacional da Companhia, sem mudanças materiais na exposição a riscos no período avaliado.

5.5 Outras informações relevantes

A Companhia não identificou outras informações relevantes relativas a esta Seção 5 que não tenham sido previamente divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A.		
30.914.898/0001-74	Brasil	Não	Sim	29/05/2020	
Não					
94.500.000	100,000	0	0,000	94.500.000	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
94.500.000	100,000	0	100,000	94.500.000	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A.				**30.914.898/0001-74**	
IG4 BTG PACTUAL HEALTH INFRA FUNDO DE INVEST. EM PARTIC. MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO RESP. LIMITADA					
51.754.357/0001-04	Brasil	Não	Não	30/12/2024	
Não					
497.790.573	100,000	0	0,000	497.790.573	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
497.790.573	100,000	0	100,000	497.790.573	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
IG4 BTG PACTUAL HEALTH INFRA FUNDO DE INVEST. EM PARTIC. MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO RESP. LIMITADA				**51.754.357/0001-04**	
BANCO BTG PACTUAL S/A					
30.306.294/0001-45	Brasil	Não	Não	30/04/2025	
Não					
268.333	99,363	0	0,000	268.333	99,363
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
1.719	0,637	0	0,000	1.719	0,637
TOTAL					
270.052	100,000	0	100,000	270.052	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BANCO BTG PACTUAL S/A	**30.306.294/0001-45**	

BTG PACTUAL HOLDING FINANCEIRA LTDA

27.742.455/0001-39	Brasil	Sim	Sim	26/10/2018	
Não					
5.811.901.068	79,628	1.397.425.360	31,969	7.209.326.428	61,776

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
Preferencial Classe A	0	0,000	0,000	0,000
Preferencial Classe B	1.397.425.360	100,000	31,969	11,974

BTG PACTUAL HOLDING S.A.

10.923.227/0001-62	Brasil	Sim	Sim	10/03/2016	
Não					
120.896.936	1,656	241.405.092	5,523	362.302.028	3,105

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
Preferencial Classe A	241.405.092	46,067	5,523	2,069

GIC

08.765.815/0001-73	Cingapura	Não	Não	12/07/2024	
Sim	Citibank Distribuidora de Titulos e Valores Mobiliarios S.A.		Juridica		33.868.597/0001-40
62.192.154	0,852	124.384.308	2,846	186.576.462	1,599

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
BANCO BTG PACTUAL S/A				**30.306.294/0001-45**	
VEÍCULOS DE INVESTIMENTO VINCULADOS A INTEGRANTES DO PARTNERSHIP					
09.631.542/0001-37	Brasil	Não	Não	31/05/2017	
Não					
144.189.804	1,976	288.379.608	6,597	432.569.412	3,707
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
Preferencial Classe A	282.624.808	53,933	6,466	2,422	
AÇÕES EM TESOURARIA					
27.469.600	0,376	54.939.200	1,257	82.408.800	0,706
OUTROS					
1.132.163.852	15,512	2.264.716.484	51,809	3.396.880.336	29,108
TOTAL					
7.298.813.414	100,000	4.371.250.052	100,000	11.670.063.466	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
BTG PACTUAL HOLDING FINANCEIRA LTDA				**27.742.455/0001-39**	
BTG PACTUAL HOLDING S.A.					
10.923.227/0001-62	Brasil	Sim	Sim	14/10/2016	
Não					
13.586.700.000	99,915	0	0,000	13.586.700.000	99,915
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
11.600.000	0,085	0	0,000	11.600.000	0,085
TOTAL					
13.598.300.000	100,000	0	100,000	13.598.300.000	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG PACTUAL HOLDING S.A.	**10.923.227/0001-62**	

ANDRE SANTOS ESTEVES

857.454.487-68	Brasil	Sim	Sim	30/12/2021	
Não					
1	0,000	0	0,000	1	0,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO

468.306.778-15	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018	
Não					
1	0,000	0	0,000	1	0,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

BTG PACTUAL G7 HOLDING S/A

17.252.858/0001-46	Brasil	Sim	Sim	10/10/2010	
Não					
462.667.869	70,923	4.825.755	0,724	467.493.624	35,454

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG PACTUAL HOLDING S.A.	**10.923.227/0001-62**	

GUILHERME DA COSTA PAES

959.629.487-34	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018	
Não					
1	0,000	0	0,000	1	0,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

RENATO MONTEIRO DOS SANTOS

265.065.788-07	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018	
Não					
1	0,000	0	0,000	1	0,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

ROBERTO BALLS SALLOUTI

135.962.478-37	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018	
Não					
1	0,000	0	0,000	1	0,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

AÇÕES EM TESOURARIA

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
BTG PACTUAL HOLDING S.A.				**10.923.227/0001-62**	
189.687.511	29,077	87.735.896	13,169	277.423.407	21,039
OUTROS					
0	0,000	573.683.211	86,107	573.683.211	43,507
TOTAL					
652.355.385	100,000	666.244.862	100,000	1.318.600.247	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
BTG PACTUAL G7 HOLDING S/A				**17.252.858/0001-46**	

ANDRE SANTOS ESTEVES					
857.454.487-68	Brasil	Sim	Sim	30/12/2021	
Não					
5.090.191.176	51,197	0	0,000	5.090.191.176	51,197
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO					
468.306.778-15	Brasil	Não	Não	28/12/2018	
Não					
577.507.892	5,809	0	0,000	577.507.892	5,809
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

GUILHERME DA COSTA PAES					
959.629.487-34	Brasil	Não	Não	28/12/2018	
Não					
531.990.097	5,351	0	0,000	531.990.097	5,351
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
BTG PACTUAL G7 HOLDING S/A				**17.252.858/0001-46**	
RENATO MONTEIRO DOS SANTOS					
265.065.788-07	Brasil	Não	Não	28/12/2018	
Não					
879.739.721	8,848	0	0,000	879.739.721	8,848
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
ROBERTO BALLS SALLOUTI					
135.962.478-37	Brasil	Não	Não	28/12/2018	
Não					
1.191.110.206	11,980	0	0,000	1.191.110.206	11,980
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
1.671.752.984	16,815	0	0,000	1.671.752.984	16,815
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
BTG PACTUAL G7 HOLDING S/A				**17.252.858/0001-46**	
9.942.292.076	100,000	0	100,000	9.942.292.076	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG PACTUAL HOLDING S.A.	**10.923.227/0001-62**	

ANDRE SANTOS ESTEVES

857.454.487-68	Brasil	Sim	Sim	30/12/2021	
Não					
1	0,000	0	0,000	1	0,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO

468.306.778-15	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018	
Não					
1	0,000	0	0,000	1	0,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

BTG PACTUAL G7 HOLDING S/A

17.252.858/0001-46	Brasil	Sim	Sim	10/10/2010	
Não					
462.667.869	70,923	4.825.755	0,724	467.493.624	35,454

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG PACTUAL HOLDING S.A.	**10.923.227/0001-62**	

GUILHERME DA COSTA PAES

959.629.487-34	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018	
Não					
1	0,000	0	0,000	1	0,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

RENATO MONTEIRO DOS SANTOS

265.065.788-07	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018	
Não					
1	0,000	0	0,000	1	0,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

ROBERTO BALLS SALLOUTI

135.962.478-37	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018	
Não					
1	0,000	0	0,000	1	0,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

AÇÕES EM TESOURARIA

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
BTG PACTUAL HOLDING S.A.				**10.923.227/0001-62**	
189.687.511	29,077	87.735.896	13,169	277.423.407	21,039
OUTROS					
0	0,000	573.683.211	86,107	573.683.211	43,507
TOTAL					
652.355.385	100,000	666.244.862	100,000	1.318.600.247	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
BTG PACTUAL G7 HOLDING S/A				**17.252.858/0001-46**	

ANDRE SANTOS ESTEVES					
857.454.487-68	Brasil	Sim	Sim	30/12/2021	
Não					
5.090.191.176	51,197	0	0,000	5.090.191.176	51,197
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO					
468.306.778-15	Brasil	Não	Não	28/12/2018	
Não					
577.507.892	5,809	0	0,000	577.507.892	5,809
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

GUILHERME DA COSTA PAES					
959.629.487-34	Brasil	Não	Não	28/12/2018	
Não					
531.990.097	5,351	0	0,000	531.990.097	5,351
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
BTG PACTUAL G7 HOLDING S/A				**17.252.858/0001-46**	
RENATO MONTEIRO DOS SANTOS					
265.065.788-07	Brasil	Não	Não	28/12/2018	
Não					
879.739.721	8,848	0	0,000	879.739.721	8,848
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
ROBERTO BALLS SALLOUTI					
135.962.478-37	Brasil	Não	Não	28/12/2018	
Não					
1.191.110.206	11,980	0	0,000	1.191.110.206	11,980
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
1.671.752.984	16,815	0	0,000	1.671.752.984	16,815
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
BTG PACTUAL G7 HOLDING S/A				**17.252.858/0001-46**	
9.942.292.076	100,000	0	100,000	9.942.292.076	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

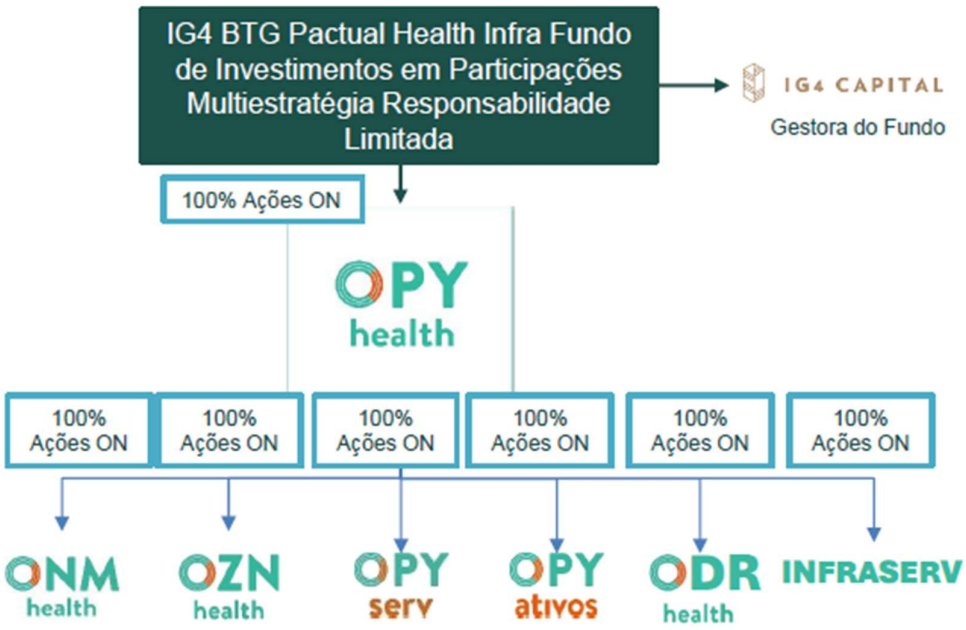
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

A Companhia declara que não possui participação em sociedades.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



- **Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A** (CNPJ 30.914.898/0001-74) é sociedade anônima 100% controlada pelo **IG4 BTG Pactual Health Infra Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Ltda.** (CNPJ 51.754.357/0001-04), sob gestão da **IG4 Capital Investimento Ltda** (CNPJ 26.264.881/0001-41), e atua como holding e gestora das demais empresas operacionais do Grupo.

- **ONM Health S.A.** (CNPJ 11.292.024/0001-88) é a concessionária responsável pela administração do contrato de concessão administrativa do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro em Belo Horizonte/MG, e é 100% controlada pela **Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.**

- **OZN Health SPE S.A**. (CNPJ 18.080.368/0001-72) é a concessionária responsável pela administração do contrato de concessão administrativa do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz em Manaus/AM, e é 100% controlada pela **Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.**

- **Opy Serviços Hospitalares S.A.** (CNPJ 38.202.078/0001-61) é a entidade que presta serviços não assistenciais, e é 100% controlada pela **Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.**

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

- **Opy Ativos Hospitalares S.A.** (CNPJ 38.202.260/0001-12) é a entidade que presta serviços de gestão de ativos hospitalares, e é 100% controlada pela **Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.**

- **ODR Health SPE S.A.** (CNPJ 57.842.324/0001-94) é a concessionária responsável pela administração do contrato de concessão administrativa do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina em Palmas/TO, e é 100% controlada pela **Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.**

- **Infraserv Gerenciadora S.A.** (CNPJ 61.371.253/0001-66) é a entidade responsável pela administração/gerenciamento operacional da obra do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina em Palmas/TO, e é 100% controlada pela **Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.**

6.6 Outras informações relevantes

A Companhia não identificou outras informações relevantes relativas a esta Seção 6 que não tenham sido previamente divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Órgão da administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder	Não se aplica
Diretoria	0	2	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0
TOTAL DE MEMBROS	**0**	**5**	**0**	**0**	**0**	**0**

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Órgão da administração	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder	Não se aplica
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DE MEMBROS	**0**	**5**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

iii. número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável

Órgão da administração	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Não se aplica
Diretoria	0	2	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0
TOTAL DE MEMBROS	**0**	**5**	**0**

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

iv. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não agrupa seus administradores por outros atributos de diversidade.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia não possui objetivos específicos com relação a diversidade de gênero, cor ou raça para os membros dos órgãos da administração.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

O OZN, por meio de sua controladora Opy Health, possui um Comitê de ASG (composto por 2 integrantes), que realiza o assessoramento do Conselho de Administração da Opy Health em temas de sustentabilidade, bem como apoia a Área de ASG da Opy Health e suas controladas na elaboração de planos, projetos e iniciativas aderentes à estratégia socioambiental, visando maximizar os resultados de impactos sustentáveis. O Comitê de AGS orienta a Opy Health em temas como mudanças climáticas e mecanismos de mitigação de riscos, gestão de gases de efeito estufa e plano de descarbonização, bem como recomenda ao Conselho de Administração a aprovação dos objetivos estratégicos de ASG da Opy Health e suas controladas para o médio-longo prazo, e as metas corporativas anuais relacionadas ao tema.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 5	**0**	**5**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 5	**0**	**5**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 5	**0**	**5**	**0**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração Conselho de Administração

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

b. De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

c. Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

---

Nome DANIEL NABHAN GUERRA **CPF:** 404.738.188-84 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 20/02/1993

Experiência Profissional: Daniel Nabhan Guerra é Senior Associate na IG4 Capital. Antes de se juntar ao time da IG4 Capital, Daniel foi analista da RK Partners (2019-2021), trabalhando em reestruturações em diferentes setores, incluindo sucroenergético e infraestrutura. Daniel também trabalhou com M&A na Inspire Capital (2018-2019), acumulando experiência nos setores de saúde e educação. Antes disso, trabalhou na Finenge (2017-2018).
Daniel é graduado em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo e possui certificação CFA® charterholder.
O Sr. Daniel Nabhan Guerra não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, aos efeitos de (i) nenhuma condenação criminal; (ii) nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados; e (iii) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2026	28/04/2027	Presidente do Conselho de Administração		28/04/2026	Sim	02/10/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FELIPE RODRIGUES TONETTI **CPF:** 382.730.408-36 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 21/04/1988

Experiência Profissional: Felipe Rodrigues Tonetti é Diretor Financeiro e de Novos Negócios da Opy Health. Anteriormente atuou como Diretor na IG4, onde foi responsável pela identificação e estruturação de novos investimentos, além de supervisionar os investimentos do fundo na OPY Health. Também atuou na CLI, empresa do grupo IG4, participando decomitês e exercendo a função de Membro do Conselho da CLI Sul.
Na IG4, Felipe liderou transações societárias, além de contribuir para a estruturação de linhas de crédito destinadas às empresas do portfólio.
Antes de ingressar na IG4, trabalhou em M&A na BRF, onde foi responsável pelo desenvolvimento de novas oportunidades de negócios em diferentes mercados. Também atuou na área de Private Equity na GP Investments, com foco em oportunidades de investimento nos setores imobiliário, de serviços ao consumidor e de logística.
Felipe é Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (USP).
O Sr. Felipe Rodrigues Tonetti não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, aos efeitos de (i) nenhuma condenação criminal; (ii) nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados; e (iii) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2026	28/04/2027	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2026	Sim	02/10/2025
Diretoria	28/04/2026	28/04/2027	Diretor Financeiro / Diretor de Relações com Investidores		28/04/2026		02/10/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N.A.

Nome MATEUS DE FARIA RENAULT **CPF:** 024.487.121-31 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 21/08/1987

Experiência Profissional: Mateus de Faria Renault é CEO da Opy Health e foi executivo na IG4 Capital. Antes de se juntar à IG4, Mateus foi Summer Associate na Somos Educação, empresa do portfólio da Tarpon Investimentos (2017). Antes disso, atuou como Turnaround Specialist no Banco Votorantim (2014-2016), como Investment Banking Analyst no Goldman Sachs (2013-2014) e como Equity Research Analyst no Espírito Santo Investment Bank (2011-2013).
Mateus possui MBA pela Yale School of Management e Bacharelado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB).
O Sr. Mateus de Faria Renault não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, aos efeitos de (i) nenhuma condenação criminal; (ii) nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados; e (iii) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2026	28/04/2027	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2026	Sim	30/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N.A.

Nome THIAGO NERY PYTHON **CPF:** 293.500.438-82 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 01/09/1979

Experiência Profissional: Profissional com mais de 16 anos de experiência na área de Gestão e Engenharia, tendo atuado como Diretor Regional de SP na Iguá Saneamento, com atuação em contratos de concessão e de PPPs em municípios de São Paulo.
Foi Gerente de Investimentos na Dreen Brasil e Gerente Geral de Obras da Construtora OAS LTDA, onde participou de projetos como a Ponte Estaiada Roberto Marinho, TRT-SP, TST-DF e as refinarias REVAP e RENEST.
Thiago tem MBA Executivo em Finanças no Insper-SP, pós-graduação em Gestão de Projetos (PMI) na FIA-SP e é graduado em engenharia civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.
O Sr. Thiago Nery Python não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, aos efeitos de (i) nenhuma condenação criminal; (ii) nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados; e (iii) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/04/2026	28/04/2027	Diretor Presidente / Superintendente		28/04/2026		30/04/2025
Diretoria	28/04/2026	28/04/2027	Outros Diretores	Diretor de Operações	28/04/2026		27/06/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N.A.

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui comitês instalados.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

7.7 Acordos/seguros de administradores

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

7.8 Outras informações relevantes

A Companhia não identificou outras informações relevantes relativas a esta Seção 7 que não tenham sido previamente divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

8.1 Política ou prática de remuneração

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2		5,00
Nº de membros remunerados	0	2		2,00
Esclarecimento	Nenhuma remuneração dos membros do Conselho de Administração foi reconhecida no resultado da Companhia			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	862.860,22		862.860,22
Benefícios direto e indireto	0,00	76.676,16		76.676,16
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	809.333,04		809.333,04
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual2026-CVM/SEP.	A Companhia possui dois diretores estatutários, que também desempenham funções executivas em outras empresas do Grupo Opy. A remuneração desses diretores não é paga diretamente pela Companhia, mas por outras entidades do grupo econômico, havendo reembolso pela Companhia proporcional ao tempo efetivamente dedicado por cada diretor às suas atividades na Companhia. O valor informado neste item refere-se exclusivamente à parcela reembolsada pela Companhia, conforme critério de rateio estabelecido. O número de membros da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual2026-CVM/SEP.		
Total da remuneração	0,00	1.748.869,42		1.748.869,42

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00		2,00
Esclarecimento	Nenhuma remuneração dos membros do Conselho de Administração será reconhecida no resultado da Companhia			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	862.860,22		862.860,22
Benefícios direto e indireto	0,00	76.676,16		76.676,16
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.122.114,81		1.122.114,81
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual2026-CVM/SEP	A Companhia possui dois diretores estatutários, que também desempenham funções executivas em outras empresas do Grupo Opy. A remuneração desses diretores não é paga diretamente pela Companhia, mas por outras entidades do grupo econômico, havendo reembolso pela Companhia proporcional ao tempo efetivamente dedicado por cada diretor às suas atividades na Companhia. O valor informado neste item refere-se exclusivamente à parcela reembolsada pela Companhia, conforme critério de rateio estabelecido. O número de membros da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual2026-CVM/SEP.		
Total da remuneração	0,00	2.061.651,19		2.061.651,19

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		2,00		2,00
Nº de membros remunerados		2,00		2,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		857.691,56		857.691,56
Benefícios direto e indireto		63.116,53		63.116,53
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		777.989,85		777.989,85
Participação de resultados		327.932,62		327.932,62
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		1.356.417,44		1.356.417,44
Observação		A Companhia possui dois diretores estatutários, que também desempenham funções executivas em outras empresas do Grupo Opy. A remuneração desses diretores não é paga diretamente pela Companhia, mas por outras entidades do grupo econômico, havendo reembolso pela Companhia proporcional ao tempo efetivamente dedicado por cada diretor às suas atividades na Companhia. O valor informado neste item refere-se exclusivamente à parcela reembolsada pela Companhia, conforme critério de rateio estabelecido. O número de membros da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual2026-CVM/SEP.		
Total da remuneração		3.383.148,00		3.383.148,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		2,00		2,00
Nº de membros remunerados		2,00		2,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		741.376,84		741.376,84
Benefícios direto e indireto		55.938,61		55.938,61
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		567.527,55		567.527,55
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		A Companhia possui dois diretores estatutários, que também desempenham funções executivas em outras empresas do Grupo Opy. A remuneração desses diretores não é paga diretamente pela Companhia, mas por outras entidades do grupo econômico, havendo reembolso pela Companhia proporcional ao tempo efetivamente dedicado por cada diretor às suas atividades na Companhia. O valor informado neste item refere-se exclusivamente à parcela reembolsada pela Companhia, conforme critério de rateio estabelecido. O número de membros da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual2026-CVM/SEP.		
Total da remuneração		1.364.843,00		1.364.843,00

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

8.7 Opções em aberto

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

8.10 Outorga de ações

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

8.12 Precificação das ações/opções

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

8.13 Participações detidas por órgão

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

8.14 Planos de previdência

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Órgão	(Previsão) exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2026
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro 2024
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	0%

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	1.742.144,96	0,00	0,00	1.742.144,96
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	1.570.532,77	1.570.532,77

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

31/12/2025

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	1.462.326,96	0,00	0,00	1.462.326,96
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	1.851.419,39	1.851.419,39

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

31/12/2024

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	3.038.159,84	3.038.159,84

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

31/12/2023

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	1.225.666,48	1.225.666,48

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

8.20 Outras informações relevantes

Conforme informado pela Companhia no item 8.2 deste Formulário de Referência, a remuneração integral dos administradores da Companhia (a qual engloba todos os benefícios e verbas de representação) é paga diretamente por outras sociedades do Grupo Opy, e somente em relação à remuneração da Diretoria, é reembolsada pela Companhia, de forma proporcional ao tempo efetivamente dedicado pelos administradores no exercício de seu cargo na Companhia. Dessa forma, as remunerações relacionadas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 e no exercício social corrente (2026) e evidenciadas nesta Seção 8 transitaram e transitarão no resultado da Companhia, proporcionalmente aos montantes por ela reembolsados.

Diante disso, apresenta-se abaixo, de forma extraordinária, a abertura prevista no item 8.2 deste Formulário de Referência para a remuneração total atribuída à administração da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024, 2025 e para o exercício social corrente (2026), contemplando a remuneração recebida pelos administradores em razão das funções exercidas na Companhia e em outras sociedades do Grupo OPY.

Ainda, informa a Companhia que a remuneração total da administração da Companhia indicada nos quadros abaixo considera a soma dos valores indicados nos itens 8.2 e 8.19 deste Formulário de Referência.

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	3	2	-	5
Esclarecimento				
Nº de membros remunerados	2	2	-	4
Salário ou pró-labore	1.080.000,00	1.637.732,40	-	2.717.732,40
Benefícios direto e indireto	82.326,96	145.533,45	-	227.860,41
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	579.818,00	1.536.136,34	-	2.115.954,34
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-

8.20 Outras informações relevantes

Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação	O número de membros do Conselho de Administração da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual2025-CVM/SEP	O número de membros da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual2025-CVM/SEP		
Total da remuneração	1.742.144,96	3.319.402,19	-	5.061.547,15

Remuneração total no Exercício Social encerrado em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	3	2	-	5
Esclarecimento				
Nº de membros remunerados	2	2	-	4
Salário ou pró-labore	1.080.000,00	1.637.732,40	-	2.737.732,40
Benefícios direto e indireto	82.326,96	145.533,45	-	227.860,41
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	300.000,00	-	-	300.000,00
Participação de resultados	-	2.129.804,73	-	2.129.804,73
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-

8.20 Outras informações relevantes

Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação	O número de membros do Conselho de Administração da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual2025-CVM/SEP	O número de membros da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual2025-CVM/SEP		
Total da remuneração	1.462.326,96	3.913.070,58	-	5.375.397,54

Remuneração total no Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	-	2	-	2
Esclarecimento	N/A. O Conselho de Administração da Companhia foi criado no exercício social de 2025.			
Nº de membros remunerados	-	2	-	2
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	-	1.627.922,13	-	1.627.922,13
Benefícios direto e indireto	-	119.796,91	-	119.796,91
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	-	1.476.646,11	-	1.476.646,11
Participação de resultados	-	622.425,12	-	622.425,12

8.20 Outras informações relevantes

Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	2.574.517,57	-	2.574.517,57
Observação	O número de membros do Conselho de Administração da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual2026-CVM/SEP	O número de membros da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual2026-CVM/SEP		
Total da remuneração	-	6.421.307,84	-	6.421.307,84

Remuneração total no Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	-	2	-	2
Esclarecimento	N/A. O Conselho de Administração da Companhia foi criado no exercício social de 2025.			
Nº de membros remunerados	-	2	-	2
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	-	1.407.153,60	-	1.407.153,60
Benefícios direto e indireto	-	106.173,01	-	106.173,01
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				

8.20 Outras informações relevantes

Bônus	-	1.077.182,87	-	1.077.182,87
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação	O número de membros do Conselho de Administração da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual2026-CVM/SEP	O número de membros da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual2026-CVM/SEP		
Total da remuneração	-	2.590.509,48	-	2.590.509,48

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	003859		
Razão Social		**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA		Juridica	49.928.567/0001-11
Data de contratação do serviço		**Data de início da prestação de serviço**	
16/05/2022		16/05/2022	

Descrição dos serviços prestados

Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia:
(i) serviço de auditoria externa das demonstrações financeiras da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), já considerando as revisão das Informações Trimestrais (ITR) de acordo com o CPC 21(R1 - Demonstração Intermediária, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), nas datas-bases de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025;
(ii) outros serviços de asseguração limitada conforme descritos na seção 9.3 deste Formulário de Referência.

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de:
(i) R$202.860,00 para Auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e revisão dos trimestres encerrados em 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025 e 30 de setembro de 2025, e (ii) R$41.580,00, para os demais serviços prestados de asseguração limitada. Os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de R$ 244.440,00.

Justificativa da substituição

Não aplicável.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não aplicável.

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Anualmente, são realizados procedimentos de asseguração limitada sobre a estrutura de controles relacionada ao processo de compilação e apuração, preparada pela administração da Companhia, de seus índices financeiros ("Índice de Cobertura de Serviço da Dívida - ICSD" e "Dívida Líquida"). Tais procedimentos são realizados pelo auditor independente apresentado no item 9.1/9.2.

A Companhia não possui política formal específica para a contratação de serviços pelo auditor independente. Entretanto, adota práticas alinhadas à regulamentação aplicável, inclusive Política de Integridade e Código de Ética próprios, que disciplinam situações de potencial conflito de interesses com seus prestadores, disposições igualmente aplicáveis a seus auditores, de modo a preservar a independência do auditor e evitar potenciais conflitos de interesses.

Em linha com essas práticas, quaisquer serviços a serem contratados além da auditoria das demonstrações financeiras são previamente submetidos à apreciação do Comitê de Auditoria, Riscos e Regulatório da Opy Health. São vedadas contratações que envolvam atividades de caráter gerencial, decisório ou que possam configurar autocomplacência, autorrevisão ou defesa de interesses da Companhia, ou de qualquer forma, possam caracterizar a perda de objetividade e independência dos auditores independentes.

9.4 Outras informações relevantes

A Companhia não identificou outras informações relevantes relativas a esta Seção 9 que não tenham sido previamente divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

10.1 Descrição dos recursos humanos

a. número de empregados, total e por grupos com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abranjam:

i. identidade autodeclarada de gênero;

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

ii. identidade autodeclarada de cor ou raça;

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

iii. faixa etária;

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

iv. pessoas com deficiência, nos termos da legislação aplicável;

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

v. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não há outros indicadores de diversidade que a Companhia entenda como relevantes

b. Número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

c. Índice de rotatividade

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

10.2 Alterações relevantes

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
0,00	0,00	0,00
Esclarecimento		
A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

10.5 Outras informações relevantes

A Companhia não identificou outras informações relevantes relativas a esta Seção 10 que não tenham sido previamente divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

11.1 Regras, políticas e práticas

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A.	26/12/2024	200.000.000,00	132.705.000,00	N/A	01/04/2033	100% CDI + 4% a.a.
Relação com o emissor	Controladora.					
Objeto contrato	Disponibilização do montante a título de mútuo. Os valores incluídos no campo “Montante envolvido” são referentes aos valores transacionados desde a data da transação até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. O saldo existente foi atualizado até a data das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro 2025.					
Garantia e seguros	A Mutuária, neste ato, concede à Mutuante, uma garantia flutuante que recairá sobre todos os ativos presentes ou futuros de sua titularidade, exceto aqueles legalmente indisponíveis ("Garantia"). A Garantia é de natureza flutuante, permitindo à Mutuária a administração, alienação ou substituição dos bens e direitos garantidos no curso normal de suas atividades, desde que tais atos não prejudiquem a suficiência da Garantia para cobrir as obrigações garantidas no presente instrumento.					
Rescisão ou extinção	(i) Descumprimento de obrigações contratuais não sanado em até 3 dias úteis; (ii) Pedido ou decretação de falência; (iii) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou procedimento similar; (iv) Liquidação, dissolução ou extinção da Mutuária; (v) Inclusão de cláusula societária que restrinja o cumprimento das obrigações contratuais.					
Natureza e razão para a operação	A operação tem por natureza a contratação de mútuo em favor da Opy Health para suprir a necessidade de caixa das atividades operacionais do Grupo Opy. A razão para a contratação está na estruturação financeira e gestão mais eficiente do Grupo Opy, de maneira a garantir liquidez, proporcionando acesso a recursos financeiros e mitigando a dependência de fontes de captação externas, com impacto positivo nos custos operacionais.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A.	05/06/2020	35.632.170,56	0	35.632.170,56	Indeterminado.	N/A

Relação com o emissor	Controladora.
Objeto contrato	Prestação dos serviços de (i) consultoria e assessoria para análise, elaboração, implementação e acompanhamento de projetos voltados às atividades da Contratante relativas ao Complexo Hospitalar Zona Norte, compreendido pelo Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços 061/2013-SUSAM; (ii) planejamento, suporte e gestão estratégica de ativos, recursos internos e inovação institucional; (iii) apoio administrativo voltado à gestão operacional e empresarial; (iv) apoio na elaboração, aprovação e execução de diretrizes financeiras e orçamentárias; (v) orientação ao plano estratégico empresarial; e (vi) orientação sobre a condução da comunicação estratégica empresarial. A remuneração contratual inclui parcela mensal fixa de referência e parcela variável, esta última ajustada proporcionalmente com base em faixas de faturamento bruto mensal da Companhia (contratante), conforme critérios definidos contratualmente. Os valores incluídos no campo “Montante envolvido” são referentes aos valores transacionados desde a data da transação até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. O saldo existente foi atualizado até a data das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro 2025.
Garantia e seguros	Não aplicável.
Rescisão ou extinção	Por justa causa nos casos de: (i) declaração de falência, ou solicitação de recuperação judicial ou dissolução das partes, (ii) infração de qualquer cláusula ou condição do contrato; e/ou (iii) inobservância pela contratada de especificações e reclamações da contratante. Sem justa causa, por qualquer das partes, mediante envio de notificação por escrito com antecedência mínima de 30 dias.
Natureza e razão para a operação	A operação tem por natureza a contratação de serviços estratégicos e apoio administrativo prestados pela OPY Health. A razão para a contratação está na necessidade da Companhia obter suporte técnico, estratégico e de governança provido por sua Controladora que, além de deter a expertise institucional e a visão estratégica do grupo, fornece à Companhia elementos essenciais da sua estrutura organizacional, como diretrizes corporativas, assegurando alinhamento estratégico, conformidade regulatória e eficiência na gestão da concessão administrativa que a Companhia opera.
Posição contratual do emissor	Devedor

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A.	09/11/2020	10.598.677,26	0	10.598.677,26	indeterminado.	N/A
Relação com o emissor	controladora.					
Objeto contrato	Estabelecimento de critérios e parâmetros para o compartilhamento de despesas com recursos administrativos, com a finalidade de centralizar atividades administrativas na controladora e viabilizar o rateio proporcional de custos e despesas comuns relacionadas a serviços, uso de infraestrutura e suporte administrativo, promovendo sinergia e eficiência operacional entre as empresas do grupo. A remuneração contratual é variável e depende do uso efetivo dos recursos, sendo apurada com base nos custos efetivamente incorridos. Os valores incluídos no campo “Montante envolvido” são referentes aos valores transacionados desde a data da transação até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. O saldo existente foi atualizado até a data das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Sem justa causa, por qualquer das partes, sem aplicação de multa ou indenização, mediante envio de notificação por escrito com antecedência mínima de 30 dias.					
Natureza e razão para a operação	A operação tem por natureza o compartilhamento de custos e despesas administrativas comuns entre empresas do Grupo OPY. A razão para a operação está na centralização da contratação de serviços, aquisição de bens e gestão de estruturas administrativas por uma entidade central, permitindo que as demais empresas do Grupo OPY usufruam desses recursos de forma eficiente e proporcional ao uso. Essa estrutura promove sinergia operacional, padronização de processos, redução de custos, evita duplicidade de esforços e oferece à Companhia acesso a profissionais qualificados sem a necessidade de formação de equipes próprias, sendo os valores rateados com base em critérios objetivos e sem finalidade lucrativa.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
OPY SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.	02/01/2025	3.120.292,00	0	3.120.292,00	Prazo indeterminado.	N/A
Relação com o emissor	empresa sob controle comum.					
Objeto contrato	Estabelecimento de critérios e parâmetros para o compartilhamento de despesas com recursos administrativos, com a finalidade de centralizar atividades administrativas na empresa sob controle comum e viabilizar o rateio proporcional de custos e despesas comuns relacionadas a serviços, uso de infraestrutura e suporte administrativo, promovendo sinergia e eficiência operacional entre as empresas do grupo. A remuneração contratual é variável e depende do uso efetivo dos recursos, sendo apurada com base nos custos efetivamente incorridos. Os valores incluídos no campo “Montante envolvido” referem-se aos saldos transacionados desde a implementação do contrato até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. O “Saldo Existente” foi atualizado até a data das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Sem justa causa, por qualquer das partes, sem aplicação de multa ou indenização, mediante envio de notificação por escrito com antecedência mínima de 30 dias.					
Natureza e razão para a operação	A operação tem por natureza o compartilhamento de custos e despesas administrativas comuns entre empresas do Grupo OPY. A razão para a operação está na centralização da contratação de serviços, aquisição de bens e gestão de estruturas administrativas por uma entidade central, permitindo que as demais empresas do Grupo OPY usufruam desses recursos de forma eficiente e proporcional ao uso. Essa estrutura promove sinergia operacional, padronização de processos, redução de custos, evita duplicidade de esforços e oferece à Companhia acesso a profissionais qualificados sem a necessidade de formação de equipes próprias, sendo os valores rateados com base em critérios objetivos e sem finalidade lucrativa.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2.n - Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação e regulamentação aplicável, em especial em conformidade com Lei das Sociedades por Ações, assim como as disposições dos estatutos sociais da Companhia e de sua controladora Opy Health, que exigem aprovação prévia pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração, conforme competências definidas em Estatuto Social. Tais operações devem ter como princípio básico condições comutativas e a tomada de preço concorrencial no mercado, observando-se sempre os princípios de equidade, eficiência e livre concorrência, assim como as políticas do Grupo Opy.

Por meio de sua controladora Opy Health, a Companhia estabelece regras e procedimentos voltados à prevenção e gestão de conflitos de interesse em suas políticas, aplicáveis a todos os colaboradores, conselheiros, membros de comitês e diretores do Grupo Opy. Nos termos do Código de Ética e Conduta, é obrigatório o registro de qualquer situação que potencial ou efetivamente configure um conflito de interesses, visando manutenção de controle interno na Opy Health e suas controladas.

Nesse contexto, a administração da Companhia entende que nas transações com partes relacionadas descritas no item 11.2 deste Formulário de Referência foram adotados os devidos procedimentos, visto que todas as transações (i) obedeceram os requisitos estabelecidos para o procedimento de contratação pela Companhia; (ii) foram formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas, objetivando ampla transparência para cada transação celebrada; e (iii) foram objeto de deliberação e aprovação em Assembleia Geral da Companhia e de suas partes relacionadas envolvidas nas transações, conforme aplicável.

A Companhia reforça que observa as práticas exigidas pela legislação e regulamentação aplicável com relação a conflito de interesses, e seus administradores agiram no melhor interesse da Companhia quando tais transações foram contratadas. A Companhia atesta que tais operações estão em conformidade com as disposições dos artigos 155, 156 e 245 da Lei das Sociedades por Ações e não configuram conflito de interesses, considerando a aprovação das transações em Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração, conforme competências definidas no Estatuto Social, tendo sido o Contrato de Mútuo também objeto de análise e recomendação pelo Comitê de Auditoria da Opy Health.

No que concerne ao Contrato de Mútuo, cujas condições estão detalhadas no item 11.2 deste Formulário de Referência, destaca-se que foi celebrado pela Companhia com sua única acionista, a Opy Health. A operação teve como objetivo principal otimizar a estrutura de capital do Grupo Opy, priorizando o capital próprio para suprir as necessidades de caixa das operações. Esta medida visou à gestão eficiente do Grupo, garantindo liquidez, acesso a recursos financeiros

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

e mitigando a dependência de captações externas, com impacto positivo nos custos operacionais.

Os valores, prazos e demais termos e condições do Contrato de Mútuo foram definidos conforme as condições habituais de mercado (*arm's length*). Para corroborar o melhor interesse da Companhia, foi obtido um parecer independente, que atestou que a taxa de remuneração praticada no contrato (CDI+4% a.a.) é compatível com o mercado e condiz com os critérios de comutatividade, confirmando a aderência da operação às condições de mercado.

Com relação aos contratos de prestação de serviços e de compartilhamento de despesas com as empresas do Grupo Opy, não se observa conflito de interesses inerente a essa contratação. A ausência de conflito decorre da sinergia e do aproveitamento da estrutura administrativa consolidada do Grupo Opy, o que gera notória eficiência e otimização de custos.

Além das medidas acima indicadas, não foram adotados procedimentos adicionais específicos para tratar de questões atinentes a conflito de interesses em relação às transações descritas no item 11.2 deste Formulário de Referência, considerando que tais transações foram realizadas dentro do grupo econômico da Companhia, entre a Companhia e sua única acionista ou entre a Companhia e sociedade sob controle comum, observados os ritos de aprovação necessários no âmbito das respectivas empresas, conforme aplicável, e dado que a Opy Health detém a totalidade das ações da Companhia e de todas as demais sociedades apresentadas no organograma do item 6.5 deste Formulário de Referência.

11.2.o - Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações com partes relacionadas referenciadas no item 11.2 deste Formulário de Referência são realizadas em linha com as práticas e expectativas do mercado, com base na primazia do interesse legítimo da Companhia e, no caso do contrato de mútuo, mediante a verificação da compatibilidade das cláusulas econômicas e financeiras estabelecidas na transação e outros atos e negócios praticados no mercado pelas partes envolvidas, conforme corroborado por estudo elaborado por terceiro independente, como se a transação fosse realizada entre partes não relacionadas.

Essas transações seguem critérios claros, como competitividade de preços, prazos adequados, sinergias estratégicas e a expertise técnica necessária, visando assegurar os melhores resultados para a Companhia. Nesse sentido, segue abaixo a demonstração do caráter estritamente comutativo de tais transações:

(i) Mútuo celebrado com a controladora

A transação entre a Companhia e a Opy Health, controladora e única acionista da Companhia, foi realizada observando-se condições praticadas no mercado e condiz com os critérios de

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

comutatividade, uma vez que o mútuo contempla, na presente data, taxa de remuneração compatível com as taxas de captação da Opy Health em emissões comparáveis conforme estudo elaborado por terceiro independente contratado, que concluiu que a taxa de remuneração do Contrato de Mútuo celebrado pela Companhia e Controladora (CDI+4%) para o prazo de 10 anos de vencimento, está dentro do intervalo de taxas de remuneração máximo e mínimo da amostra de emissões comparáveis no mercado brasileiro, à época da emissão. Ademais, as taxas de juros praticadas no Contrato de Mútuo são compatíveis com o risco da parte relacionada em questão, considerando ser a Opy Health, na condição de mutuária, a única acionista da Companhia. O saldo em aberto da transação em referência é remunerado CDI, acrescido de sobretaxa de 4% ao ano.

(ii) Contrato de prestação de serviços operacionais/institucionais celebrado com a controladora, Opy Health ("Management Fee")

No contrato de *Management Fee*, a Companhia remunera a sua controladora Opy por serviços de natureza estratégica e corporativa, garantindo o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia em sua operação, em especial em relação ao Contrato de Concessão, assim como as estruturas necessárias para garantir eficiência e conformidade regulatória da Companhia. A contratação se justifica em virtude da sinergia operacional, padronização de processo, redução de custos e melhoria na gestão estratégica da Companhia.

O contrato de *Management Fee* celebrado com a Opy Health, o pagamento remunera 100% (cem por cento) do custo de sua estrutura administrativa, exceto: (i) a área de Novos Negócios, em virtude de sua finalidade de crescimento empresarial, não possuindo relação direta com as obrigações das subsidiárias da Opy Health; e (ii) despesas compartilháveis com as demais sociedades do Grupo Opy (contrato de compartilhamento de despesas, descrito no item iii abaixo). Este custo é dividido entre as subsidiárias na forma de um percentual único sobre o faturamento de cada uma delas. Os valores remuneram estritamente os custos, não havendo qualquer margem operacional.

(iii) Contratos de rateio de despesas celebrados com a controladora, Opy Health, e com sociedade do mesmo grupo econômico, Opy Serviços ("Contratos de Rateio")

Os Contratos de Rateio regulam o compartilhamento de custos e despesas administrativas comuns entre as empresas do grupo econômico, com a concentração na controladora Opy Health e na sociedade do mesmo grupo econômico, Opy Serviços – cujo último contrato teve vigência iniciada em 02 de janeiro de 2025. A contratação se justifica em virtude de sinergia operacional, padronização de processos, redução de custos e evita duplicidade de esforços decorrentes da centralização na contratação de serviços, aquisição de bens e gestão de estruturas administrativas.

O rateio é realizado com base em critérios razoáveis, principalmente a quantidade de colaboradores por empresa e a receita de cada operação, sem prejuízo de outras métricas. A

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

definição dos critérios pressupõe objetividade e rastreabilidade, que constam em relatórios atualizados mensalmente e acompanhados das respectivas memórias de cálculo. O reembolso das despesas é realizado por meio de notas de débito, sem finalidade lucrativa.

11.3 Outras informações relevantes

A Companhia não identificou outras informações relevantes relativas a esta Seção 11 que não tenham sido previamente divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
29/05/2020	totalmente subscrito e integra	235.908.224,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
94.500.000	0	94.500.000

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
29/05/2020	totalmente subscrito e integra	235.908.224,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
94.500.000	0	94.500.000

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
29/05/2020	totalmente subscrito e integra	235.908.224,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
94.500.000	0	94.500.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão de debêntures da Companhia
Data de emissão	26/11/2024
Data de vencimento	26/11/2031
Quantidade	420.000
Valor nominal global R$	420.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	404.498.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	i. hipótese de resgate? (Tipo de Resgate - Condições - Valor a Ser Pago) Resgate Antecipado Facultativo - A partir do 24º mês (26/11/2026), com comunicação de 10 dias úteis. - Valor Nominal + Remuneração pro rata + Prêmio de 1% ao ano. Oferta de Resgate Antecipado - Oferta a todos os debenturistas, com comunicação de 10 dias úteis. - Valor Nominal + Remuneração pro rata + Prêmio a critério da Companhia (não negativo). Vencimento Antecipado Automático - Inadimplemento, falência, rescisão do Contrato de Concessão, descumprimento de índices financeiros. - Valor Nominal + Remuneração pro rata + Encargos Moratórios (se aplicável). Vencimento Antecipado Não Automático - Descumprimento de obrigações não pecuniárias, alteração de controle, cancelamento de licenças. - Valor Nominal + Remuneração pro rata + Encargos Moratórios (se aplicável). ii. fórmula de cálculo do valor de resgate Resgate Antecipado Facultativo Total: PUprêmio = Prêmio * (Prazo Remanescente/252) * PUdebêntureAmortização Extraordinária Facultativa: PUprêmio = Prêmio * (Prazo Remanescente/252) * PUdebênture
Características dos valores mobiliários de dívida	i. vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado Vencimento normal: 2.556 dias corridos a partir da data de emissão (26/11/2031). Vencimento antecipado automático: Em casos graves como inadimplemento, falência, ou rescisão do contrato de concessão. Vencimento antecipado não automático: Após deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, em casos como descumprimento de obrigações não pecuniárias ou alteração de controle. ii. juros 100% da Taxa DI + 3,50% de spread, pagamento mensal. iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto • Garantia fidejussória (Fiança): A OPY Health atua como Fiadora, garantindo solidariamente o pagamento integral das obrigações da Companhia, sem benefício de ordem. • Garantia real (Alienação Fiduciária e Cessão Fiduciária): Alienação Fiduciária de Ações: A Fiadora aliena fiduciariamente todas as ações da Companhia em favor dos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário. Em caso

	de inadimplência, esses títulos acionários podem ser transferidos definitivamente. Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: A Companhia cede fiduciariamente seus direitos creditórios decorrentes do Contrato de Concessão firmado com o Estado do Amazonas, incluindo recebíveis de contraprestação de serviços públicos. • Bem objeto da garantia real: Ações da Opy Delphina, pertencentes à Fiadora. Recebíveis do Contrato de Concessão com o Estado do Amazonas. iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado N/A v. eventuais restrições impostas ao emissor em relação: • à distribuição de dividendos - Cláusula 7.2(viii). A Companhia não pode distribuir dividendos, rendimentos, juros sobre capital próprio, partes beneficiárias, bonificações em dinheiro ou outras remunerações aos seus sócios que sejam superiores ao dividendo mínimo legal (25% do lucro líquido do período), caso esteja em mora com qualquer obrigação pecuniária relacionada às debêntures ou aos Contratos de Garantia. • à alienação de determinados ativos - Cláusula 7.2(x). A Companhia não pode ceder, onerar, prometer ceder ou constituir qualquer tipo de gravame sobre os bens e direitos que são objeto das Garantias Reais (como os direitos creditórios do Contrato de Concessão e as ações da Companhia), exceto aqueles decorrentes dos próprios Contratos de Garantia. • à contratação de novas dívidas - Cláusula 7.2(ii) e Cláusula 7.3(iii). A Companhia deve manter índices financeiros específicos, como o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) e o Dívida Líquida/EBITDA, dentro dos limites estabelecidos. O descumprimento desses índices pode levar ao vencimento antecipado das debêntures. • à emissão de novos valores mobiliários - Cláusula 7.3(xv). A Companhia não pode emitir novos valores mobiliários que possam comprometer a capacidade de pagamento das obrigações relacionadas às debêntures ou que prejudiquem os direitos dos debenturistas. • à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas - Cláusula 7.3(iv) e 7.3(v). A Companhia não pode realizar operações societárias que alterem o controle direto ou indireto da empresa (como fusões, cisões, incorporações ou transferências de controle) sem a prévia aprovação dos Debenturistas. vi. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato Agente Fiduciário: OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. Responsabilidades: Proteção dos direitos dos debenturistas, fiscalização, convocação de assembleias, execução de garantias. Limitações de Responsabilidade: Atua dentro do escopo da Lei das Sociedades por Ações e Resolução CVM 17, sem responsabilidade por fraudes ou deliberações dos debenturistas. Substituição do Agente Fiduciário: Por impedimento ou decisão dos debenturistas, com transição de documentos em 10 dias úteis.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quórum Mínimo: é necessário que a Assembleia Geral de Debenturistas seja convocada e atenda aos seguintes quóruns: • Primeira Convocação: Aprovação por 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação. • Segunda Convocação: Aprovação por 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das debêntures presentes, desde que estejam presentes titulares de pelo menos 30% (trinta por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Deve ser observados os seguintes índices financeiros, sob eventualidade de ocorrer vencimento antecipado: • ICSD: (EBITDA Ajustado para fins de covenant – Tributos (IR + CSLL pagos)) / (Principal + juros) = 1,2x Dívida Líquida/EBITDA Ajustado para fins de covenant conforme regressão anual: <= 2024: 3,0x, 2025: 2,9x, 2026 e 2027: 2,5x, 2028 e 2029: 2,0x, 2030 e 2031: 1,0x.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	36	198	99

12.5 Mercados de negociação no Brasil

A negociação das debêntures da Companhia no mercado secundário é realizada por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, sistema administrado e operacionalizado pela B3. As transações são liquidadas financeiramente pela B3 e as debêntures são custodiadas eletronicamente na mesma instituição.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuí valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuí valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

12.9 Outras informações relevantes

A Companhia não identificou outras informações relevantes relativas a esta Seção 12 que não tenham sido previamente divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Felipe Rodrigues Tonetti	Diretor de Relações com Investidores
Thiago Nery Python	Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO

Eu, Thiago Nery Python**,** brasileiro, casado, engenheiro civil, portador de cédula de identidade RG n.º 36.832.204-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 293.500.438-82, com endereço comercial na Avenida Torquato Tapajós, nº. 9.250, Bairro Colônia Terra Nova, Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69.093-415, na qualidade de Diretor de Operações e Diretor Presidente da OZN Health SPE S.A. ("Companhia"), para fins do item 13 do Formulário de Referência da Companhia, neste ato declaro que:

a) revi o Formulário de Referência;

b) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20;

c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

DocuSigned by:
Thiago Nery Python
1DEF1F0400CF4AF...

Thiago Nery Python
Diretor de Operações e Diretor Presidente

Docusign Envelope ID: DC8E54C0-A6C6-8857-8162-8FA39823B25E

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

Eu, Felipe Rodrigues Tonetti**,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG n.º 35.852.834-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 382.730.408-36, com endereço comercial na Avenida Torquato Tapajós, nº. 9.250, Bairro Colônia Terra Nova, Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69.093-415, na qualidade de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da OZN Health SPE S.A. ("Companhia") para fins do item 13 do Formulário de Referência da Companhia, neste ato declaro que:

a) revi o Formulário de Referência;

b) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20;

c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

Assinado por:
Felipe Rodrigues Tonetti
0B2116739F62457...

Felipe Rodrigues Tonetti
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.